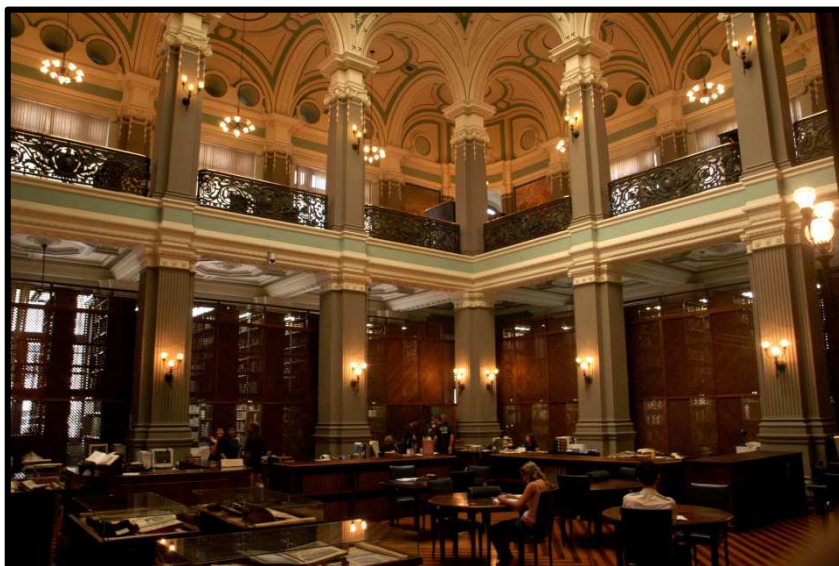




**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015



Rio de Janeiro  
Março/2016



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 72 de 15/05/2013 que altera a IN-TCU 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 146 de 30/09/2015 e nº 147 de 11/11/2015, e da Portaria TCU nº 321 de 30/11/2015.

Rio de Janeiro  
Março/2016

MINISTÉRIO DA CULTURA  
**Juca Ferreira**

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL  
**Renato Lessa**

DIRETORIA EXECUTIVA  
**Angela Fatorelli**

GABINETE  
**Angela Fatorelli**

PROCURADORIA FEDERAL  
**Alexandre Coelho Neto**

AUDITORIA INTERNA  
**Nathália Karina Silvano Schotts**

COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
**Ronaldo Leite Pacheco Amaral**

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
**Tania Maria Freitas Moura**

CENTRO DE COOPERAÇÃO E DIFUSÃO  
**Moema Sá Pereira Salgado**

CENTRO DE PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO  
**Liana Gomes Amadeo**

CENTRO DE COLEÇÃO E SERVIÇOS AOS LEITORES  
**Maria José Fernandes**

CENTRO DE PESQUISA E EDITORAÇÃO  
**Marcus Venício Toledo**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AUDIN	Auditoria Interna	PLANO	Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos
BEC	Biblioteca Euclides da Cunha	PNAP	Programa Nacional de Apoio a Pesquisa
BN	Biblioteca Nacional	PNAP-R	Programa Nacional de Apoio a Pesquisadores Residentes
CCD	Centro de Cooperação e Difusão	PNC	Plano Nacional de Cultura
CCSL	Centro de Coleções e Serviços aos Leitores	PO	Plano Orçamentário
CGPA	Coordenação Geral de Planejamento e Administração	PPA	Plano Plurianual
CGU	Controladoria Geral da União	PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho	RG	Relatório de Gestão
COAD	Coordenadoria de Administração	RMMA	Relatório de Movimentação Mensal de Almoxarifado
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento	RMMB	Relatório de Movimentação Mensal de Bens Móveis
CPE	Centro de Pesquisa e Editoração	RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
CPP	Centro de Processamento e Preservação	SCDC	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
DCF	Divisão de Contabilidade e Finanças	SEC	Secretaria de Economia Criativa
DCP	Divisão de Compras e Patrimônio	SECOM	Secretaria de Comunicação Social
DE	Diretoria Executiva	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
DN	Decisão Normativa	SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
DRH	Divisão de Recursos Humanos	SICONV	Portal de Convênios
EDA	Escritório de Direitos Autorais	SIMINC	Sistema de Informações do Ministério da Cultura
FBN	Fundação Biblioteca Nacional	SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
FNC	Fundo Nacional da Cultura	SIORG	Sistema de Informações Organizacionais
FNLIJ	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil	TCU	Tribunal de Contas da União
IMS	Instituto Moreira Salles		
IN	Instrução Normativa		
LOA	Lei Orçamentária Anual		
MINC	Ministério da Cultura		
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
MRE	Ministério das Relações Exteriores		
OB	Ordem Bancária		

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.2.1 – Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual .....	11
Quadro 1.4.1 – Organograma (conforme Estatuto – Decreto 8.297/14) .....	13
Quadro 1.4.2 – Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	14
Quadro 1.5.1 – Macroprocessos Finalísticos .....	15
Quadro 2.1.3.1 – Competências institucionais e resultados alcançados .....	22
Quadro 2.3.1.1.1 – Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	24
Quadro 2.3.1.2.1 – Ação/Subtítulos – OFSS .....	27
Quadro 2.3.1.3.1 – Ações não Previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS .....	31
Quadro 2.3.3.1.1 – Despesas por modalidade de contratação.....	47
Quadro 2.3.3.1.2 – Despesas por modalidade de contratação.....	48
Quadro 2.3.3.2.1 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	49
Quadro 2.3.3.2.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	50
Quadro 3.4.1 – Processos lançados no CGU-PAD .....	59
Quadro 3.4.2 – Processos pendentes de lançamento no CGU-PAD .....	61
Quadro 3.4.3 – Apurações de responsabilidade ainda não instauradas.....	62
Quadro 3.5.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC.....	63
Quadro 6.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC.....	74
Quadro 6.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	74
Quadro 6.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	75
Quadro 6.1.2.1 – Despesas do pessoal .....	76
Quadro 6.1.4.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade .....	78
Quadro 6.2.1.1 – Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.....	79
Quadro 6.2.2.1 – Veículos da frota fora de uso por serem antieconômicos.....	80
Quadro 6.2.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	81
Quadro 6.2.3.2 – Imóveis informados no SPIUnet .....	82
Quadro 6.3.1 – Força de Trabalho de TI.....	84
Quadro 6.3.1.1 – Sistemas de Informações.....	87
Quadro 6.4.1.1 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	89
Quadro 7.1.1 – cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	90
Quadro 7.1.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento no exercício .....	95
Quadro 7.2.1 – Desempenho das recomendações do OCI .....	101
Quadro 10.1 – Situação dos procedimentos instaurados.....	111
Quadro 11.1.1 – Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões .....	113
Quadro 11.2.1 – Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	114
Quadro 11.3.1 – Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	115
Quadro 11.5.1 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	119

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE .....	9
1.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade .....	9
1.2 Normas e Regulamento de Criação, alteração e funcionamento da Unidade .....	11
1.3 Ambiente de Atuação .....	12
1.4 Organograma Funcional .....	13
1.5 Macroprocessos Finalísticos.....	15
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	16
2.1 Planejamento Organizacional .....	16
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	17
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico .....	21
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as competências institucionais e outros planos .....	22
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....	23
2.3 Desempenho Orçamentário .....	24
2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual da Responsabilidade da Unidade.....	24
2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário .....	46
2.3.3 Informação sobre a Execução das Despesas .....	47
2.4 Desempenho Operacional.....	52
2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	53
2.5.1 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho conforme Deliberações do Tribunal de Contas da União	53
3 GOVERNANÇA.....	54
3.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	54
3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados .....	55
3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna .....	56
3.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	58
3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos .....	63
4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	65
4.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	65
4.2 Aferição do Grau de Satisfação dos cidadãos-Usuários .....	67
4.3 Mecanismos de Transferência das Informações relevantes sobre a Atuação da Unidade.....	68
4.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos produtos, serviços e Instalações.....	69
5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	70
5.1 Desempenho Financeiro no Exercício .....	70
5.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos .....	71
5.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	72
5.4 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei n 4.320/64 e Notas Explicativas .....	73
5.4.1 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei n 4.320/64 .....	73
5.4.2 Nota Explicativa.....	73
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	74
6.1 Gestão de pessoas .....	74
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade .....	74
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal .....	76
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	77
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	77
6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura .....	79
6.2.1 Gestão da frota de veículos .....	79
6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições .....	80
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	80
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	83
6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros .....	83

6.3	Gestão da tecnologia da informação .....	84
6.3.1	Principais sistemas de informações .....	87
6.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) .....	88
6.4	Gestão ambiental e sustentabilidade .....	89
6.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras ..	89
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	90
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	90
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	101
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	102
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 .....	103
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento .....	104
8.	ANEXOS E APÊNDICES .....	105
9.	PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	109
10.	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	111
11.	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE .....	113
11.1	Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões .....	113
11.2	Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas. ....	114
11.3	Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento .....	115
11.4	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial .....	116
11.5	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI .....	119

## APRESENTAÇÃO

Cada acervo guardado na Biblioteca Nacional contém coleções virtualmente infinitas de temas e personagens, cada qual com direito à datação e à evocação próprias. Em meio ao conjunto incontável de tempos, temas e memórias abrigados, neste relatório consolidamos informações sobre as várias frentes de trabalho realizadas no ano de 2015 pelo corpo de servidores e colaboradores da Biblioteca Nacional.

A Biblioteca Nacional é uma casa de resistência. A ela cabe a guarda de parte fundamental do que é permanente no acervo cultural do povo brasileiro. Por esta razão é importante sempre enfatizar: a Biblioteca Nacional é uma instituição permanente do Estado brasileiro e cuidamos da gestão do acervo da memória nacional, do patrimônio tombado, de ações de difusão de nosso acervo e cuidamos para que a população tenha acesso, via digital e presencial de nossa memória. Estamos trabalhando para garantir nosso espaço no futuro, com a realização do projeto executivo do Prédio Anexo, no Porto do Rio de Janeiro, que irá abrigar a coleção de periódicos hoje guardada no Prédio Sede e será uma nova Biblioteca Pública.

Realizamos cotidianamente o papel estratégico do ofício para a guarda e o cuidado com o patrimônio bibliográfico brasileiro. Digitalizamos e preservamos milhares de itens do acervo, fomentamos pesquisas e traduções de obras brasileiras no exterior, realizamos exposições e seminários para que possamos contribuir com a construção de uma nação mais forte e ciente de si e de sua memória.

Renato Lessa  
Presidente



## **1. VISÃO GERAL DA UNIDADE**

O Relatório de Gestão do exercício de 2015 da Fundação Biblioteca Nacional – FBN está estruturado de acordo com as disposições previstas na Decisão Normativa TCU nº 146 de 30/09/2015.

A FBN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura é responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do país, garantindo a sociedade o direito a memória bibliográfica e documental brasileira.

---

### **1.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade**

---

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é o órgão vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do país.

As competências institucionais da FBN podem ser sintetizadas em duas linhas de atuação: a primeira diz respeito à salvaguarda da memória cultural bibliográfica brasileira, constituída na FBN por um acervo de mais de oito milhões de itens, reconhecido mundialmente como um verdadeiro tesouro, englobando todas as ações referentes à preservação, e a segunda concerne ao fomento à produção e difusão do conhecimento.

Dessa forma, a Fundação Biblioteca Nacional tem como atribuições o recolhimento, a guarda, a preservação, a difusão da produção intelectual do país, e como objetivos: adquirir, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional; atuar como centro referencial de informações bibliográficas; registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor; assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal; e elaborar e divulgar a bibliografia nacional.

O primeiro aspecto diz respeito ao *livro tombado*, classificado, guardado, tecnicamente preservado e oferecido à consulta e leitura a todos os cidadãos interessados; o segundo relaciona-se com o *livro vivo*, editado pela instituição diretamente ou em parceria com editoras públicas e privadas, contribuindo para o processo global de desenvolvimento humano, econômico e cultural da sociedade brasileira.

O fomento a produção de conhecimento incentiva a produção literária por meio de prêmios de pesquisa sobre o acervo da BN além de disseminar o livro brasileiro no exterior, através de apoio à tradução de autores brasileiros.

A Fundação Biblioteca Nacional tem por competências:

- I. Captar, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional;
- II. Adotar as medidas necessárias para conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia;
- III. Atuar como centro referencial de informações bibliográficas;
- IV. Atuar como órgão responsável pelo controle bibliográfico nacional
- V. Ser depositária e assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal;
- VI. Registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor;

- VII. Promover a cooperação e a difusão nacionais e internacionais relativas à missão da Fundação Biblioteca Nacional;
- VIII. Fomentar a produção de conhecimento por meio de pesquisa, elaboração e circulação bibliográficas referentes à missão da Fundação Biblioteca Nacional.

## 1.2 Normas e Regulamento de Criação, alteração e funcionamento da Unidade

### QUADRO 1.2.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UPC – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura			Código SIORG: 001926
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Biblioteca Nacional			
Denominação Abreviada: FBN			
Código SIORG: 000984		Código LOA: 42202	Código SIAFI: 34209
Natureza Jurídica: Fundação			CNPJ: 40.176.679/0001-99
Principal Atividade: Biblioteca			Código CNAE: 9101-5
Telefones/Fax de contato:	(021) 3095.3879	(021) 30953811	(021) 2262.9472
Endereço Eletrônico: diretoria@bn.br			
Página na Internet: <a href="http://www.bn.br">http://www.bn.br</a>			
Endereço Postal: Av. Rio Branco, nº 219 – Cinelândia – Rio de Janeiro- RJ – CEP: 20.040-008			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei de criação nº 8.209, de 12/04/1990			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto – Decreto nº 8.297, de 15/08/2014			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
344042	Fundação Biblioteca Nacional		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
34209	Biblioteca Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
344042	34209		
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Não possui			

---

### **1.3 Ambiente de Atuação**

---

A Fundação Biblioteca Nacional é regida pelo Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014. É a depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil, considerada pela UNESCO como a oitava maior biblioteca nacional do mundo e, também, a maior biblioteca da América Latina. Entre suas várias responsabilidades incluem-se a de captar, preservar e difundir uma coleção com mais de oito milhões de peças, que teve início com a chegada da Real Biblioteca de Portugal ao Brasil, que entre os objetos que acompanharam a família real em sua viagem para o Brasil estavam os caixotes de livros e documentos da Real Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, com um acervo de cerca de 60 mil peças. A partir destes, D. João fundou a Real Biblioteca Nacional que cresce constantemente, a partir de doações, aquisições e com o Depósito Legal.

Além de captar, preservar e difundir seu acervo, é responsável também pela coordenação das atividades do Escritório de Direitos Autorais (EDA) e da Agência do ISBN.

A estrutura conta com a Presidência, a Diretoria Executiva e quatro grandes centros: O Centro de Cooperação e Difusão; Centro de Processamento e Preservação; Centro de Coleções e Serviços ao Leitor; e o Centro de Pesquisa e Editoração.

A FBN conta com cerca de 700 funcionários, entre servidores de carreira e terceirizados, além de contar com equipes de manutenção predial, vigilância, brigadistas e limpeza.

A Administração conta com a tarefa de gerir contratos, licitações, convênios, acordos e a gestão de três prédios (dois tombados pelos institutos de patrimônio histórico), a sede na Cinelândia, a Casa da Leitura no bairro de Laranjeiras e o Prédio Anexo, localizado do Porto Maravilha da cidade do Rio de Janeiro.

Todos os edifícios precisam de reformas e atualização de vários sistemas, como de segurança, elétrica, recuperação de suas fachadas e, no caso do Prédio Anexo, a realização da obra que o modernizará para abrigar a nova Biblioteca.

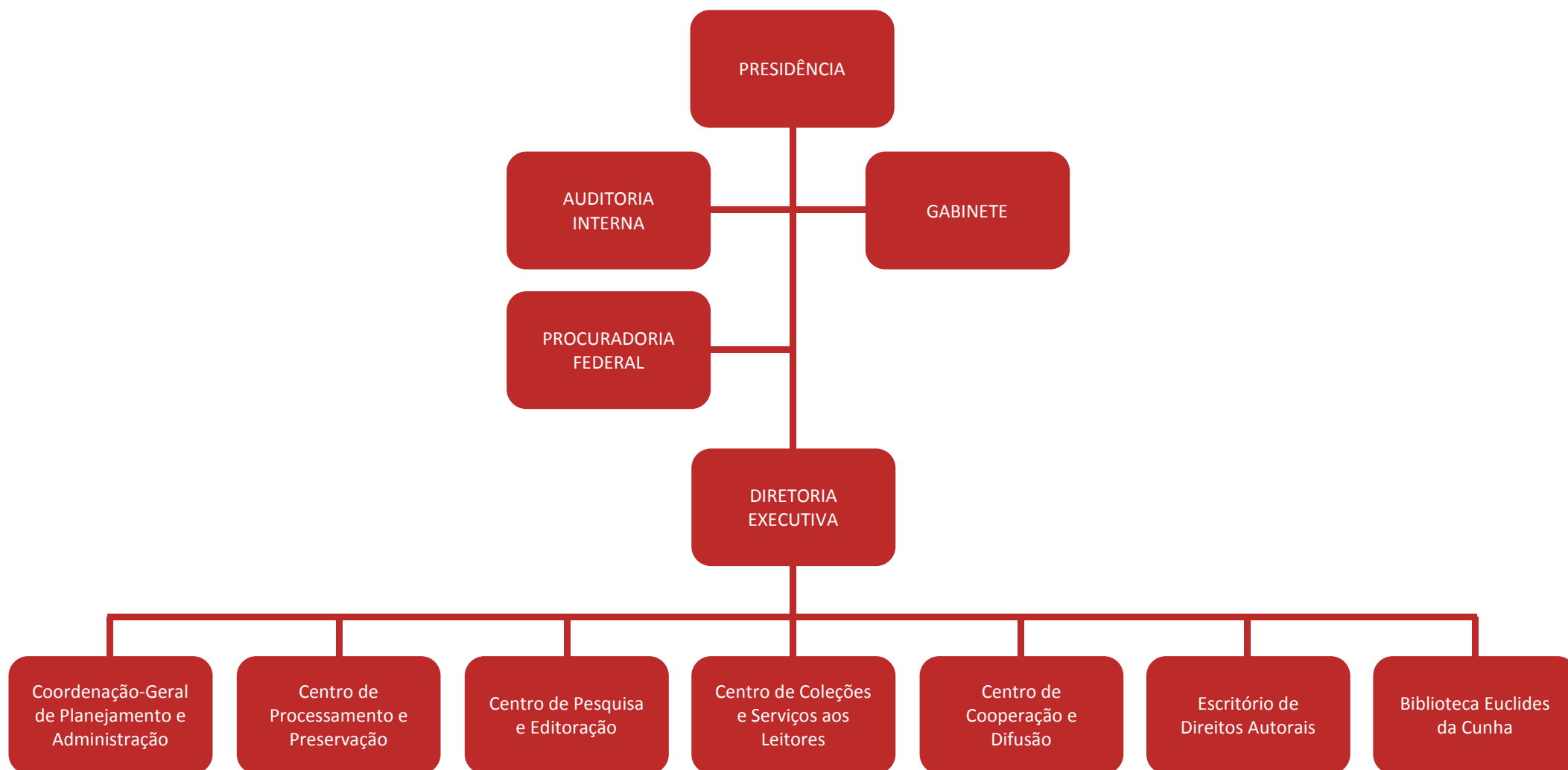
Os principais desafios são a gestão de seu acervo, tanto o patrimônio físico como sua imensa riqueza documental, a realização de exposições, mostras e edição de livros que possam difundir esse acervo, a preservação através de modernos processos de digitalização e armazenamento e captação de acervos.

---

## 1.4 Organograma Funcional

---

QUADRO 1.4.1 – ORGANOGRAMA (CONFORME ESTATUTO – DECRETO 8.297/14)



**QUADRO 1.4.2 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Centro de Processamento e Preservação	Desenvolver projetos e ações de: preservação, conservação, restauração e microfilmagem do acervo; assegurar o cumprimento da legislação referente ao Depósito Legal; planejar e definir estratégias de desenvolvimento e gestão das bases de dados bibliográficas; planejar as atividades de processamento biblioteconômico do acervo de livros; planejar e definir estratégias de gestão e desenvolvimento da Biblioteca Nacional Digital; e planejar e definir estratégias de preservação dos recursos digitais da Biblioteca Nacional.	Liana Gomes Amadeo	Coordenadora-Geral	A partir de 2011
Centro de Coleções e Serviços aos Leitores	Assegurar a execução das atividades relativas à identificação, à organização, ao inventário, ao cadastramento, à guarda e à manutenção do acervo da Biblioteca Nacional; Definir estratégias e coordenar as ações de processamento biblioteconômico do acervo bibliográfico e documental retrospectivo e especial e do acervo de publicações seriadas, corrente e retrospectivo, e estudos com vistas à identificação de documentos raros e preciosos, de relevância para a cultura brasileira, existentes em território nacional e no exterior.	Maria José Fernandes	Coordenadora-Geral	A partir de 2015
Centro de Cooperação e Difusão	Propor, coordenar e implementar: Projetos e ações de cooperação com instituições congêneres, nacionais e internacionais; A participação da Biblioteca Nacional em eventos inerentes a sua missão institucional, no País e no exterior; Ações de assessoria internacional; Atividades de promoção e difusão do acervo da Biblioteca Nacional e da produção intelectual documental e bibliográfica brasileira no País e no exterior; Ações de difusão cultural na Biblioteca Nacional; Programas de incentivo à tradução de autores brasileiros no exterior.	Moema Salgado	Coordenadora-Geral	A partir de 2012
Centro de Pesquisa e Editoração	Fomentar a produção de conhecimento por meio de apoio a estudos e pesquisas multidisciplinares com base no acervo bibliográfico e documental da BN e em outros acervos da memória da cultura brasileira; promover programas e projetos que contribuam para maior conhecimento da cultura brasileira e potencializem a disseminação dos conteúdos do acervo da BN; apoiar e desenvolver pesquisas em articulação com outros setores da BN; e, propor, coordenar e implementar a política e os programas editoriais da BN.	Marcus Venicio Toledo Ribeiro	Coordenador-Geral	A partir de 2014
Diretoria Executiva	Auxiliar o Presidente na implementação das atividades de competência da FBN; Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária e o plano de ação da FBN; Planejar, dirigir, coordenar e orientar a implementação de ações da FBN; Exercer outras atribuições designadas pelo Presidente.	Myriam Lewin Angela Fatorelli	Diretora Executiva DE - Substituta	De 28/02/2014 a 18/11/2015 A partir de 18/11/2015

## 1.5 Macroprocessos Finalísticos

QUADRO 1.5.1 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Memória e Preservação	<p>Preservar e proteger o patrimônio cultural brasileiro, através das ações de:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Ampliação do acervo da Biblioteca Nacional, pelo Depósito Legal de todas as obras editadas em território nacional, doação e intercâmbio;</li> <li>II. Conservação e restauração dos acervos;</li> <li>III. Inventário e processamento biblioteconômico dos acervos visando sistematizar as informações e torná-las públicas através das bases de dados disponíveis no portal <a href="http://www.bn.br">www.bn.br</a>.</li> </ol>	Obras conservadas, acondicionadas e restauradas; e transferência de suporte do papel para o microfilme.	Estudantes, professores, pesquisadores nacionais e internacionais, público em geral.	<p>CPP</p> <p>CCSL</p>
Acesso e Difusão	<p>Promoção, difusão e valorização da BN e do seu acervo por meio de:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Consultas de pesquisadores e leitores à vasta coleção da BN (virtual e física);</li> <li>II. Promoção de eventos culturais;</li> <li>III. Realização de projetos e ações de cooperação com instituições congêneres, nacionais e internacionais;</li> <li>IV. Digitalização de acervos em domínio público;</li> <li>V. Promoção, difusão e valorização da produção intelectual brasileira.</li> </ol>	Consulta virtual e presencial ao acervo; eventos realizados; bolsas e prêmios concedidos; e acervos digitalizados e disponíveis para acesso remoto.	Público em geral e especializado, professores, pesquisadores estudantes, editoras estrangeiras, autores brasileiros e tradutores estrangeiros.	<p>CCD</p> <p>CPP</p> <p>CCSL</p> <p>CPE</p>

## 2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

---

### 2.1 Planejamento Organizacional

---

A Fundação Biblioteca Nacional não foi realizada, em 2015, planejamento estratégico. No entanto, a FBN organizou sua atuação em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos pelo PPA 2012 – 2015 e pelas metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura (PNC – Lei nº 12.343/2010), permitindo a avaliação pelo Governo Federal dos compromissos assumidos.

Em conformidade com as competências institucionais descritas no item “VISÃO GERAL DA UNIDADE - Finalidades e Competências Institucionais da Unidade” deste Relatório, o Decreto Nº 8.297 de 15 de agosto de 2014, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional. Sendo assim, seus objetivos estratégicos estão espelhados em seu Estatuto, conforme descrito a seguir:

(...)

*“ESTATUTO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL*

*CAPÍTULO I*

*DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE*

*Art. 1º A Fundação Biblioteca Nacional - FBN, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída por meio de autorização contida na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tem sede e foro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

*Art. 2º A Fundação Biblioteca Nacional, órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País, compete:*

*I – captar, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional;*

*II – adotar as medidas necessárias para conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia;*

*III – atuar como centro referencial de informações bibliográficas;*

*IV – Atuar como órgão responsável pelo controle bibliográfico nacional*

*V – Ser depositária e assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal;*

*VI – registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor;*

*VII – Promover a cooperação e a difusão nacionais e internacionais relativas à missão da Fundação Biblioteca Nacional;*

*VIII – Fomentar a produção de conhecimento por meio de pesquisa, elaboração e circulação bibliográficas referentes à missão da Fundação Biblioteca Nacional. (...)”*



---

## 2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

---

A Fundação Biblioteca Nacional trabalhou em conformidade com o Programa Temático 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, e respondeu em 2015 pelos compromissos assumidos, nos seguintes objetivos, iniciativas e metas estabelecidas no PPA 2012 – 2015, de responsabilidade do Ministério da Cultura:

### PPA 2012 – 2015

#### **Programa Temático 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**

**Objetivo: 0783** – Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

**Iniciativa: 04G2** – Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização.

**Objetivo: 0786** – Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior.

**Iniciativa: 035B** – Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, à fruição cultural e à formação de público, garantida a diversidade de linguagens e expressões culturais; fortalecimento e qualificação de equipamentos, pontos, redes, circuitos e espaços culturais.

**Objetivo: 0787** – Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer.

**Iniciativa: 035H** – Programação e funcionamento dos espaços e ambientes artístico-Culturais da União.

Seguem as informações sobre o monitoramento das metas, lembrando que as metas estipuladas englobam o período de quatro anos do PPA (2012-2015), enquanto que este monitoramento abarca apenas o exercício de 2015:

#### Meta PPA: Preservar 3 milhões de bens do patrimônio artístico e bibliográfico brasileiro

**Análise situacional da Meta em 2015:** A FBN é responsável pelas políticas públicas de salvaguarda da língua e da cultura nacional, enquanto depositária legal do patrimônio bibliográfico brasileiro, garantindo às futuras gerações o acesso à produção intelectual, consubstanciada nas diversas formas de registro do saber, que constituem o acervo memória do Brasil. Disponibilizar ao público essas coleções faz parte da democratização do acesso ao patrimônio documental e bibliográfico do país.

As atividades de preservação do acervo envolvem a identificação, o inventário, o registro patrimonial, a catalogação e indexação das obras, a conservação reparadora e preventiva, a restauração das obras, a microfilmagem dos originais e a digitalização, tratamento e disponibilização de arquivos digitais na internet.

Com o apoio do FNC, foram adquiridos equipamentos para a ampliação do Centro de Processamento de Dados da FBN, melhorando sua infraestrutura digital e apoiando o fortalecimento das ações de preservação e difusão desse acervo, presencial e remotamente, bem como da geração de conteúdos digitais que democratizam, nacionalizam e internacionalizam a acessibilidade do conhecimento e da informação. A FBN contribui para os processos de inclusão social e digital, complementando a educação formal.

**Execução alcançada em 2015:** 2.709.473 itens do patrimônio preservado.

Meta PPA: Conceder 400 bolsas de incentivo a criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário

**Análise situacional da Meta em 2015:**

*Programa de Apoio à Tradução, Publicação e Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior:* Concedidas 134 bolsas de tradução e publicação de autores brasileiros em outros idiomas e de intercâmbio, visando fortalecer a ação de divulgação da literatura brasileira no exterior.

*Programa Nacional de Apoio à Pesquisa:* Concedidas 18 bolsas sendo 10 bolsas a pesquisadores e 10 bolsas a pesquisadores residentes, oferecendo oportunidade a estudiosos interessados em realizar projetos de pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais ensejando a produção de publicações que estudem e divulguem o acervo da Biblioteca Nacional.

A superação da meta deve-se à parceria realizada entre a FBN e o MinC através dos recursos do Fundo Nacional de Cultura – FNC.

**Execução alcançada em 2015:** 162 bolsas concedidas.

Meta: Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais

**Análise situacional da Meta em 2015:**

Nas políticas públicas de garantia dos direitos do autor e de outros que lhe são conexos, como o de preservar a criação intelectual, assegurando a autoria da liberdade criativa, a FBN atua como órgão responsável pelo Registro e Averbação de Direitos Autorais, segundo o estabelecido nas Leis nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973 e nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. O Escritório de Direitos Autorais - EDA na sua feição cartorial manteve processo de crescimento e expansão da demanda por registro solicitado pelo público; o EDA tem procurado consolidar a sua capilaridade nacional por meio da abertura de novos postos avançados nas capitais estaduais, em regime de “cooperação técnica” e parcerias com universidades federais locais.

**Execução alcançada em 2015:** 36.321 registros realizados

As principais ações planejadas pela FBN para o exercício de 2015 foram voltadas para a preservação e a difusão da produção intelectual do país. As realizações estão descritas no item “PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL – Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade”.

A Fundação Biblioteca Nacional – FBN, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura e constituída por meio de autorização contida na Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, é responsável pela execução da política governamental de recolhimento, guarda e preservação da produção intelectual do País.

Em conformidade com suas competências institucionais, a FBN dá continuidade ao processo de resgate da sua missão a partir da aprovação do Decreto nº 8.297 de 15 de agosto de 2014, objetivando o fortalecimento da FBN, patrimônio brasileiro com mais de 200 anos, de forma a cumprir seu referencial no contexto da produção cultural e da pesquisa.

As ações em andamento foram construídas de forma a minimizar os aspectos negativos e potencializar os aspectos positivos identificados.

Os riscos que prejudicaram o cumprimento dos objetivos estratégicos da FBN, no exercício de 2015 podem ser definidos em três frentes, que são:

### 1º - Força de Trabalho

Insuficiente e sem quadro de cargos adequados.

Constata-se a necessidade de realização de concurso público. Além do número de vagas autorizadas nos três últimos concursos não ser suficiente para a demanda demonstrada, existe ainda a previsão de aposentadorias de aproximadamente 50% da força de trabalho dos cargos efetivos até 2016. Vale lembrar que houve uma redução no quadro de terceirização na ordem de 15%, visando atender aos Decretos 8.540 e 8.541, que tratam de racionalização do gasto público e corte de estagiários.

### 2º - Modernização Administrativa

A Unidade apresenta perda importante de agilidade e qualidade na realização de seus processos administrativos e a necessidade de reavaliá-los e, conseqüentemente, não só aperfeiçoá-los, bem como redefinir e modernizar competências organizacionais essenciais à Instituição.

### 3º - Revitalização das instalações físicas

A FBN apresenta problemas em suas instalações físicas, que estão aquém das condições ideais para o desenvolvimento de suas atividades.

Nessa perspectiva, a FBN vem focando em ações de modernização de infraestrutura e conservação do prédio sede, com a revitalização do sistema elétrico, de refrigeração e fachada, propiciado a partir de recursos oriundos do PACCH, além da revitalização dos quatro conjuntos de claraboias e vitrais na cobertura do prédio sede, com recursos do BNDES.

Outra necessidade de revitalização identificada visando solucionar a insuficiência notória de espaço físico é a construção das novas instalações da FBN na zona portuária, cujo projeto foi selecionado através de uma parceria com o IAB e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, encontrando-se em estágio de captação de recursos para sua execução.

Ainda através de subsídio de recursos do BNDES vem sendo realizadas intervenções em três pavimentos e na cobertura do prédio Anexo da FBN.

As **prioridades** identificadas pela FBN como necessárias para sua revitalização e retomada da sua missão institucional que constituíram ações executadas em 2015 foram:

1. Obras de instalações elétricas do Prédio Sede;
2. Projeto sustentabilidade BNDES no Saguão do Prédio Sede;
3. Elaboração dos Projetos de Legalização, Básico e Executivo para as obras de modificação e acréscimo do Prédio Anexo;
4. Projeto da Hemeroteca Brasileira;
5. Projeto da cobertura, claraboias e vitrais;
6. Elaboração do Projeto Básico para as obras de recuperação estrutural da Sala Cofre da Divisão de Microfilmagem;
7. Elaboração do Projeto Básico para as obras de restauração da fachada do Prédio Sede – PACCH.

---

### **2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico**

---

A Fundação Biblioteca Nacional não foi realizou, em 2015, planejamento estratégico.

### 2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as competências institucionais e outros planos

#### QUADRO 2.1.3.1 – COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E RESULTADOS ALCANÇADOS

COMPETÊNCIAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Captar, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional	Resultados listados abaixo
Adotar as medidas necessárias para conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia	As medidas adotadas para a proteção dos acervos foram feitas através da captação, inventário, conservação, preservação, microfilmagem e digitalização dos acervos.
Atuar como centro referencial de informações bibliográficas	Além dos espaços para atendimento ao público pesquisador, o ambiente virtual da BNDigital reúne também exposições virtuais, sites temáticos e programas de parcerias nacionais e internacionais.
Atuar como órgão responsável pelo controle bibliográfico nacional	O controle bibliográfico foi feito através do Depósito Legal que é pautado na Lei 10.994 de 2004, que teve seu texto reforçado pela promulgação da Lei 112.192 de 2010.
Ser depositária e assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal	Em 2015 foram captados 78.109 acervos entre Depósito Legal, Doações e permutas.
Registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor	O EDA tem procurado consolidar a sua capilaridade nacional por meio de postos avançados nas capitais estaduais, em regime de “cooperação técnica” e parcerias, com universidades federais locais. E em 2015 foram registradas 36.321 obras.
Promover a cooperação e a difusão nacionais e internacionais relativas à missão da Fundação Biblioteca Nacional	A FBN concedeu 134 bolsas de tradução de autores brasileiros (87 pela LOA e 47 pelo FNC); concedeu, em parceria com o Governo de Portugal, o Prêmio Luís de Camões que consagra anualmente um autor de língua portuguesa; participou de vários congressos, fóruns e seminários no Brasil e no exterior.
Fomentar a produção de conhecimento por meio de pesquisa, elaboração e circulação bibliográficas referentes à missão da Fundação Biblioteca Nacional	A FBN concedeu 28 bolsas de pesquisa, sendo 10 para pesquisadores residentes, visando incentivar a produção de trabalhos originais que tem como produto final o trabalho acadêmico (artigo, ensaio ou livro) publicado.

---

## **2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos**

---

O acompanhamento da execução das ações é feito através de relatórios mensais das áreas responsáveis e pela alimentação dos sistemas de monitoramento ligados ao Ministério da Cultura e Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão: PPA, PNC e SIOP

## 2.3 Desempenho Orçamentário

### 2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual da Responsabilidade da Unidade

#### 2.3.1.1 Ações do OFSS

##### QUADRO 2.3.1.1.1 – AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZF.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira					
<b>Iniciativa</b>	Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, à fruição cultural e à formação de público, garantida a diversidade de linguagens, e expressões culturais; fortalecimento e qualificação de equipamentos, pontos, redes, circuitos e espaços culturais.					
<b>Objetivo</b>	Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior <b>Código:</b> 0786					
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	42202 – Fundação Biblioteca Nacional – BN					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.952.000,00	1.952.000,00	1.950.034,42	1.271.806,12	1.271.806,12	0,00	678.228,30
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto apoiado		Unidade	60	156	152	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.016.801,18	638.100,12	1.264.868,43	Não se aplica	Não se aplica	-	



<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	20ZH.0001					<b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Preservação de Bens e Acervos Culturais					
<b>Iniciativa</b>	Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização					
<b>Objetivo</b>	Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade					<b>Código:</b> 0783
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso				<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	42202 – Fundação Biblioteca Nacional – BN					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2015</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
850.000,00	850.000,00	836.316,68	595.682,64	595.682,64	0,00	240.634,04
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Bem preservado		Unidade	567.000	567.000	649.872	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
213.099,18	178.126,82	3.228,75	Não se aplica	Não se aplica	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	211F.0001				<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais					
<b>Iniciativa</b>	Programação e funcionamento dos espaços e ambientes artístico-culturais da União					
<b>Objetivo</b>	Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer <b>Código:</b> 0787					
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	42202 – Fundação Biblioteca Nacional – BN					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.224.148,00	12.294.148,00	11.420.238,06	9.634.817,79	9.634.817,79		1.785.420,27
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Público atendido		Unidade		7.540.000	7.540.000	7.674.867
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.397.714,71	1.634.751,59	405.263,02	Não se aplica		Não se aplica	-

### 2.3.1.2 Ações/Subtítulos – OFSS

#### QUADRO 2.3.1.2.1 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20ZF.0001 – Destaque Recebido					<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Descrição</b>	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira						
<b>Iniciativa</b>	Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, à fruição cultural e à formação de público, garantida a diversidade de linguagens, e expressões culturais; fortalecimento e qualificação de equipamentos, pontos, redes, circuitos e espaços culturais						
<b>Objetivo</b>	Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior					<b>Código:</b> 0786	
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			<b>Código:</b> 2027		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	42.902 – Fundo Nacional de Cultura – FNC						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	-	-	987.788,60	324.511,98	324.511,98	0,00	663.276,62
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001/Nacional	Projeto Apoiado	Unidade	-	57	57		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001/Nacional	4.543.636,76	1.729.092,90	26.984,45	Não se aplica	Não se aplica	-	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20ZF.0001 – Destaque Recebido					<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Descrição</b>	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira						
<b>Iniciativa</b>	Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, à fruição cultural e à formação de público, garantida a diversidade de linguagens, e expressões culturais; fortalecimento e qualificação de equipamentos, pontos, redes, circuitos e espaços culturais						
<b>Objetivo</b>	Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior					<b>Código:</b> 0786	
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso				<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	42.101 – Secretaria Executiva - MinC						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	-	-	708.181,55	708.181,55	708.181,55	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001/Nacional	Projeto Apoiado	Unidade	-	1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001/Nacional	-	-	-	Não se aplica	Não se aplica	-	

Identificação da Ação								
<b>Código</b>	20ZH.0001 – Destaque Recebido						<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Descrição</b>	Preservação de Bens e Acervos Culturais							
<b>Iniciativa</b>	Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização							
<b>Objetivo</b>	Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade <b>Código:</b> 0783							
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso				<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	42902 – Fundo Nacional de Cultura – FNC							
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras							
Lei Orçamentária Anual - 2015								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0001/Nacional	-	-	1.111.407,00	1.111.407,00	1.111.407,00	0,00	0,00	
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001/Nacional	Projeto Apoiado		Unidade	-	1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0001/Nacional	-	-	-	Não se aplica	Não se aplica	-		

<b>Identificação da Ação</b>								
<b>Código</b>	5538.0001 – Destaque Recebido						<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Descrição</b>	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas							
<b>Iniciativa</b>	Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e Reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização							
<b>Objetivo</b>	Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade <b>Código:</b> 0783							
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso				<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	42.204 – IPHAN							
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: (X) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras							
<b>Lei Orçamentária Anual - 2015</b>								
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0001/Nacional	-	-	3.300.000,00	519.921,13	519.921,13	0,00	2.780.078,87	
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001/Nacional	Projeto Apoiado		Unidade	-	1	1		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

### 2.3.1.3 Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

#### QUADRO 2.3.1.3.1 – AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	20KL			<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Fomento à Criação e Difusão Literária e Científica				
<b>Iniciativa</b>	Incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário				
<b>Objetivo</b>	Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do plano nacional do livro e leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios <b>Código:</b> 0782				
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	42202 – Fundação Biblioteca Nacional – BN				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
41.442,67	28.784,24	5.381,46	Não se aplica	Não se aplica	-

A nova denominação da ação em 2015, corresponde ao código 20ZF.0001 – Promoção e Fomento a Cultura Brasileira.

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZM.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural					
<b>Iniciativa</b>	Produção, fomento e difusão de conhecimento científico e cultural					
<b>Objetivo</b>	Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira <b>Código:</b> 0788					
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	42202 – Fundação Biblioteca Nacional – BN					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não      Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
275.600,71	251.250,71	4.400,00	Não se aplica	Não se aplica	-	

A nova denominação da ação em 2015, corresponde ao código 20ZF.0001 – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira.



<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	4797			<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Produção de Obras Científicas, Artísticas e Literárias				
<b>Iniciativa</b>	Produção e difusão de conhecimento científico e cultural				
<b>Objetivo</b>	Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação <b>Código:</b> 0788				
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	42202 – Fundação Biblioteca Nacional – BN				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.812,71	0,00	1.812,71	Não se aplica	Não se aplica	-

A nova denominação da ação em 2014, corresponde ao código 20ZF.0001 – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira.

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	0668				<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Concessão de Bolsas na Área do Livro e da Leitura					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		<b>Código:</b> 2027		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	42202 – Fundação Biblioteca Nacional – BN					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não      Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
145,11	0,00	145,11	Não se aplica	Não se aplica	-	

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	4794 - Destaque Recebido				<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		<b>Código:</b> 2027	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	42101 – Ministério da Cultura					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não      Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
9.968,88	0,00	9.968,88	Não se aplica	Não se aplica	-	

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	1521 - Destaque Recebido				<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Instalação de Bibliotecas Públicas					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Livro Aberto	<b>Código:</b> 0168		<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	42902 – Fundo Nacional de Cultura - FNC					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não      Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
32.000,00	0,00	0,00	Não se aplica	Não se aplica	-	

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	20KM - Destaque Recebido				<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Fomento a Projetos Culturais na área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	<b>Código:</b> 2027		<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	42902 – Fundo Nacional de Cultura - FNC					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não      Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
33.241,72	13.710,20	0,00	Não se aplica	Não se aplica	-	

---

#### **2.3.1.4 Análise Situacional**

---

Pela Lei nº 13.115 e suas alterações, o orçamento da FBN foi contemplado com R\$ 108.178.757,00 sendo R\$ 68.358.331,00 para Pessoal e Encargos sociais, R\$ 601.187,00 para Precatórios, R\$ 4.639.156,00 para Benefícios Assistenciais e R\$ 34.580.083,00 para Despesas Discricionárias.

A Secretaria Executiva do MinC estabeleceu limite para Movimentação e Empenho no valor de R\$ 33.338.300,00 para despesas discricionárias, que correspondeu a 97% do valor da LOA, sendo a execução de R\$ 33.338.299,02.

Acrescenta-se ainda, os recursos recebidos através de repasse do Fundo Nacional de Cultura (FNC), da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) -, Secretaria de Economia Criativa (SEC) e Secretaria Executiva (SE) /MINC além de recursos recebidos do PACCH/IPHAN. Registra-se, também, a transferência de recursos via crédito concedido, no valor de R\$ 1.793.173,73 (despesas discricionárias), destinados à Unidade Gestora 403101 - IPHAN.

As realizações da FBN no transcorrer de 2015 mantiveram consonância com as previsões constantes da LOA/2015 e com os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei que instituiu o Plano Plurianual.

O processo utilizado para fixação das metas físicas e financeiras para as ações constantes na LOA é a série histórica da instituição.

Vale ressaltar o cumprimento das metas estabelecidas, que foram atingidas ou superadas.

Nas ações 20ZF, 20ZH e 211F, as metas estabelecidas foram superadas. Esse acréscimo foi devido ao fortalecimento das ações de preservação do acervo, por meio de aquisição de modernos equipamentos, possibilitando agilizar sensivelmente a preservação e disponibilização das principais coleções que compõem o acervo memória. Ressaltamos também que a FBN buscou apoiar programas de tradução como forma de inserir as suas ações para a internacionalização da cultura brasileira, e o fomento à produção de conhecimento através de apoio a estudos e pesquisas multidisciplinares no seu acervo e da concessão de prêmios literários.

No âmbito internacional, destacamos o Programa de Apoio à Tradução e Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, contribuindo para a difusão da literatura brasileira no exterior e a participação em Conferências e Congressos, contribuindo fortemente para a projeção da imagem do Brasil no exterior e ao maior interesse dos editores e agentes literários estrangeiros pela literatura nacional.

Cabe registrar a seguir os principais resultados alcançados com suas ações mais relevantes, vinculadas ao Programa Temático 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso.

---

#### **AÇÃO: 20ZF.0001 – PROMOÇÃO E FOMENTO A CULTURA BRASILEIRA**

##### **PO: 0002 – Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura**

- REALIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EM FEIRAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, FÓRUNS, SEMINÁRIOS E REUNIÕES TÉCNICAS

As 9 atividades realizadas foram voltadas para representar o Governo Brasileiro em organismos internacionais, bem como apresentar trabalhos, proferir palestras e participar de eventos culturais nacionais e internacionais voltados para o livro, leitura, literatura e bibliotecas como: Congresso Internacional da IFLA, Assembleia Geral e Reunião do Conselho Diretivo da ABINIA, Encontro Nacional de Catalogadores, Simpósio Luso-

brasileiro de Cartografia Histórica em Braga/Portugal, Congresso Biblioteca Mundial Digital em Alexandria dentre outros, como forma de ampliar a divulgação e estímulo da nossa produção editorial, dando visibilidade à cultura brasileira, provocando assim, a inserção de nosso país no cenário internacional e o fortalecimento no cenário nacional.

- **REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES, MOSTRAS E AGENDA CULTURAL**

As exposições e Mostras Especiais do Acervo foram realizadas na Biblioteca Euclides da Cunha, no Espaço Cultural Eliseu Visconti e nos 2º e 3º andares do prédio sede, contribuindo para democratizar o acesso ao acervo da instituição, e para atrair o público com produtos culturais de qualidade, fortalecendo o papel da Biblioteca Nacional como importante equipamento cultural na cidade, qualificando as visitas orientadas e contribuindo, também, para o aumento no número de visitantes.

Os programas continuados são eventos realizados no Espaço Cultural Eliseu Visconti/Auditório Machado de Assis ao longo do ano, semanal ou mensalmente. Essas ações culturais consolidam o papel de espaço cultural da FBN. No ano de 2015 foram realizados 3 programas continuados (Música no Museu, Ciclo Mutações e Ciclo Construtores da Literatura Carioca).

Conduzida por guias especializados, o serviço de visita orientada proporciona aos visitantes a oportunidade de conhecer a beleza e história da instituição, ter acesso a salas especiais e de apreciar o conjunto da arquitetura que integra o Prédio-Sede da Biblioteca Nacional. A visita só pode ser realizada em português e inglês, pois houve corte de estagiários diante das restrições orçamentárias.

Ao longo do exercício foram realizadas 14 atividades culturais.

## **PO: 0004 – Fomento a Criação e Difusão Literária e Científica**

- **CONCESSÃO DO PRÊMIO CAMÕES DE LITERATURA**

Instituído em 1988 pelo Protocolo Adicional ao acordo cultural entre os governos português e brasileiro, tem como objetivo consagrar anualmente um autor de língua portuguesa que, pelo valor de sua obra, tenha contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural da língua comum. Em 2015, fizeram parte da comissão julgadora: Antonio Carlos Secchin e Affonso Romano Sant`Anna, do Brasil; Rita Marnoto e Pedro Mexia, de Portugal; Inocência Mata, de São Tomé e Príncipe; e Mia Couto, de Moçambique, que participou via *web* conferência.

A comissão julgadora, que se reuniu no dia 17 de junho de 2015 na Biblioteca Nacional do Brasil, decidiu, por unanimidade, outorgar a escritora portuguesa Hélia Correia. Nascida em Lisboa, em 1949, Hélia Correia é poetisa, dramaturga e ficcionista. Licenciada em Filologia Românica, também atuou como professora do ensino secundário.

A cerimônia de entrega do Prêmio 2015 foi realizada em Portugal.

- **PROGRAMA DE APOIO A TRADUÇÃO, PUBLICAÇÃO E INTERCÂMBIO DE AUTORES BRASILEIROS NO EXTERIOR**

O Programa tem como objetivo a difusão da produção intelectual brasileira no exterior e vem conquistando lugar de destaque por ser um importante instrumento de internacionalização da cultura nacional. O Programa integra as metas do PNC, contribuindo para o aumento das atividades de difusão cultural.

Desde 2011, com a publicação de um Edital contínuo e um calendário de reuniões de avaliação anual, além da divulgação ampliada nos eventos literários internacionais, o Programa de Tradução consolidou sua imagem frente ao mercado editorial internacional e, conseqüentemente, aumentou a difusão da cultura brasileira no âmbito internacional.

O objetivo de médio e longo prazo do Programa é ampliar sua difusão em países e eventos estratégicos.

O Programa concedeu 87 bolsas, sendo:

**64** bolsas de tradução para publicação de obras brasileiras;

**23** bolsas de intercâmbio para que autores brasileiros divulgassem suas obras no exterior.

▪ **REVISTA MACHADO DE ASSIS – LITERATURA BRASILEIRA EM TRADUÇÃO**

A publicação da Revista, lançada em 2012 é fruto do Edital de Coedição sem ônus para a FBN, em parceria com o Instituto Itaú Cultural

Em complemento aos esforços do Programa de Tradução, a Revista tem por objetivo difundir e estimular a publicação da literatura brasileira no exterior, promovendo o acesso a textos traduzidos de escritores brasileiros pelo mercado editorial internacional, ampliando assim a visibilidade das obras brasileiras e potencializando as oportunidades de venda de seus direitos autorais no exterior.

Em 2015 foram publicados 2 números (#6 e #7) em versão unicamente digital. O #6 foi lançado no Salão do Livro de Paris com trechos de autores traduzidos para o espanhol, francês e inglês. O #7 da Revista publicou textos em inglês e espanhol o foi lançado oficialmente na Feira do Livro de Guadalajara.

▪ **APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS**

O programa visa estimular estudos e pesquisas nos acervos especiais da Biblioteca Nacional, contribuindo para a valorização e conhecimento público desse patrimônio nacional.

*Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP)*

Seleção de projetos de pesquisa, apresentados via Edital de chamada pública, para concessão de bolsas a pesquisadores, nacionais e estrangeiros, pelo período de 6 ou 12 meses, com o objetivo de incentivar a produção de trabalhos originais que tem como produto final: trabalho acadêmico (artigo, ensaio ou livro) publicado.

O edital de chamada pública da edição 2015 foi publicado no DOU de 10 de junho de 2015. Neste exercício, a FBN concedeu 18 bolsas, sendo:

**9** bolsas na categoria pesquisador-doutorando;

**9** Bolsas na categoria pesquisador-júnior.

▪ **PRÊMIOS LITERÁRIOS FBN**

A Fundação Biblioteca Nacional concede anualmente prêmio de destaque às melhores obras da literatura brasileira publicadas no exercício. O processo seletivo, estabelecido por meio do Edital de chamada pública, passa por uma Comissão Julgadora composta de três profissionais reconhecidos em nove diferentes categorias: Poesia, Romance, Conto, Ensaio Literário, Ensaio Social, Tradução, Projeto Gráfico, Literatura infantil e Literatura Juvenil.

Neste ano de 2015 foram inscritas 1.103 obras e foram habilitados e analisados 873 livros nas 9 categorias. O resultado foi publicado no DOU de 03/11/2015, por meio da Portaria nº 39 de 03/11/2015, apresentando os seguintes vencedores:



1. Poesia: João Filho, com a obra “Dimensão necessária”;
2. Romance: Tércia Montenegro, com a obra “Turismo para cegos”;
3. Conto: Carol Rodrigues, com a obra “Sem vista pro mar”;
4. Ensaio Literário: Gustavo Bernardo, com a obra “A ficção de Deus”;
5. Ensaio Social: Marcelo Godoy, com a obra “A casa da vovó”;
6. Tradução: Guilherme Gontijo Flores, com a obra “Elegias de sexto propércio”;
7. Projeto Gráfico: Frederico Tizzot, com a obra “A mão na pena”;
8. Literatura Infantil: Marcelo Lelis, com a obra “Hortência das tranças”; e
9. Literatura Juvenil: Mário Teixeira, com a obra “A linha negra”.

A Cerimônia de entrega ocorreu no Auditório Machado de Assis, no dia 01/12/2015.

---

## **AÇÃO: 20ZH.0001 – PRESERVAÇÃO DE BENS E ACERVOS CULTURAIS**

### **PO: 0003 – Preservação, Identificação e Inventário de Acervos Culturais**

- **CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO, MICROFILMAGEM E CAPTAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS E DOCUMENTAIS**

As ações de preservação das coleções que compõem o acervo da Biblioteca Nacional compreendem a execução dos tratamentos técnicos de conservação, higienização, restauração, encadernação, acondicionamento e por fim o armazenamento das obras em suas respectivas áreas de guarda, com o objetivo precípua da salvaguarda e acesso de acordo com normas estabelecidas para este fim.

O inventário é o cotejo das peças existentes nos diversos acervos com os instrumentos de busca. Gera, também, um dado valioso para a instituição, por relacionar, com precisão, a quantidade de volumes existentes no acervo. O inventário tem a vantagem de mostrar a situação em que se acham as publicações: se há danos ou se houve extravios.

Esse processo inclui ainda a atualização dos dados e a migração ou inclusão das informações no sistema informatizado. A busca de informações, assim, terá uma melhor visualização podendo a consulta ser realizada na instituição ou fora dela.

Dentro do programa de preservação desenvolvem-se também as atividades de proteção dos originais através da transferência de suporte para microfilme garantindo a perpetuidade dos originais e é internacionalmente reconhecido e adotado como suporte de segurança, principalmente para acervos em preto e branco e jornais.

O Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos – PLANO preserva os originais transferindo-os para o microfilme, garantindo assim a conservação natural dos originais a partir do momento em que não são mais manuseados para consulta e permitindo a disseminação das informações através do microfilme que é o suporte internacionalmente reconhecido e adotado para preservação, já que apresenta maior durabilidade e tem amparo legal.

O PLANO tem competência de administrar, reunir e resgatar grande parte da produção hemerográfica do país, disponibilizando atualmente para os pesquisadores títulos de periódicos de grande relevância para memória da imprensa brasileira.

Os convênios com o PLANO são destinados a completar a coleção da Biblioteca Nacional e a coleção das Empresas/ Instituições parceiras.

No ano de 2015 foram preservados 649.872 itens do acervo da Biblioteca Nacional.

Parcerias:

Academia Brasileira de Letras (RJ)

Arquivo Nacional (RJ)

Arquivo Público do Espírito Santo (ES)

Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa (MG)

Biblioteca Pública do Amazonas (AM)

Biblioteca Pública Arthur Vianna (PA)

Biblioteca Pública do Paraná (PR)

Brasil Rotário (RJ)

Câmara dos Deputados (DF)

Empresa Jornal da Tarde (SP)

Empresa Jornal do Comercio (AM)

Empresa Jornal O Dia (RJ)

Empresa Jornal O Fluminense (RJ)

Empresa O Estado de São Paulo (SP)

Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ)

Fundação Cultural do Estado do Pará (PA)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (RJ)

Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros – IPEAFRO (RJ)

Library of Congress – (USA)

Secretaria de Cultura e Turismo de Três Rios (RJ)

Universidade Estadual Paulista – UNESP (SP)

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (SP)

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (MT)

Universidade Federal de Tocantins – UFT (TO)

Universidade Federal Rural - UFRRJ (RJ)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste (PR)

A captação do acervo é pautada na Lei de Depósito Legal nº 10.994 de 2004 que em 2010 teve seu texto reforçado pela promulgação da Lei nº 12.192, que dispõe sobre o depósito legal de obras musicais, através da compra de material bibliográfico e intercâmbio (doação e permuta).

Em 2015 foram adquiridas 78.109 peças através dessa modalidade, assegurando, assim, o controle e a difusão da produção intelectual corrente brasileira.

É através do processamento técnico sistemático do acervo que se desenvolvem as atividades de ampliação do patrimônio bibliográfico (tombamento patrimonial, catalogação, classificação e indexação do acervo de materiais editados em qualquer suporte – papel, DVD, CD-ROM, etc.). Essas atividades têm por objetivo disseminar as informações bibliográficas

através de bases de dados online, que substituíram a Bibliografia Brasileira impressa, contrapartida da FBN à legislação do Depósito Legal. Também faz parte das atividades que concorrem para a execução dessa ação a coordenação e normalização dos serviços de processamento técnico de todos os tipos de acervos (Iconografia, Música, Cartografia e Obras Raras), garantindo o cumprimento da função da Biblioteca Nacional de órgão normatizador, em nível nacional, na área de processamento da informação.

Através do cumprimento dessas atividades a Biblioteca Nacional exerce sua função de Agência Bibliográfica Nacional.

A ação de digitalização de acervos culturais, iniciada em 2008, tem a finalidade de ampliar e democratizar o acesso da população aos documentos que compõem o Acervo Memória Nacional através de sua ampla difusão no site da Biblioteca Nacional-BNDigital.

Além das questões relacionadas ao acesso, a digitalização tem também o objetivo de preservar os originais.

O ambiente virtual da BNDigital reúne também exposições virtuais, sites temáticos e programas de parcerias nacionais e internacionais.

Os arquivos digitais máster produzidos pela BNDigital seguem padrões de qualidade internacionalmente adotados e encontram-se armazenados no *storage* HP X9000 do data center da FBN.

Em 2015 foram preservados/digitalizados 2.059.601 itens do patrimônio. Um acréscimo considerável em face de parceria com a DOCPRO Criação de Bibliotecas Virtuais LTDA.

---

## **AÇÃO: 211F.0001 – FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS**

### **PO: 0002 – Funcionamento de Bibliotecas da União**

A Fundação Biblioteca Nacional mantém 6 equipamentos culturais: o Prédio-Sede da Biblioteca Nacional, a Biblioteca Euclides da Cunha, a Casa da Leitura, o Espaço Eliseu Visconti e Auditório Machado de Assis e o Prédio Anexo.

A Biblioteca Nacional, considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo e a maior biblioteca da América Latina, têm por missão institucional garantir a salvaguarda do patrimônio bibliográfico nacional e o acesso do cidadão ao Acervo Memória Nacional.

Diferentemente de outros países, que permitem a consulta ao acervo somente a estudiosos apresentados por instituições de pesquisa, a Biblioteca Nacional atende a universitários, pesquisadores e ao público em geral devido à escassez de material existente nas bibliotecas públicas brasileiras.

O Projeto Biblioteca Acessível vem adaptando o site aos princípios da acessibilidade, facilitando a pesquisa aos portadores de necessidades especiais.

Além do processamento técnico do acervo, é necessário garantir seu correto armazenamento. Atingir este objetivo é um desafio se considerada a taxa de crescimento da coleção da Biblioteca Nacional, tanto no caso da coleção de obras gerais quanto no que diz respeito à coleção de publicações seriadas, única na América Latina e de importância inegável para a pesquisa acadêmica nacional e internacional.

Metodologias modernas de catalogação e classificação para seu acervo, adoção de novas tecnologias da informação adequadas ao nível e às necessidades dos pesquisadores, a evolução tecnológica mundial e o aprimoramento dos mecanismos de segurança e preservação do

patrimônio sob sua custódia foram fundamentais para o crescimento do acesso à Biblioteca Digital.

Destacamos alguns serviços prestados ao público:

- **LOJA DO LIVRO**

Localizada no prédio sede, a loja oferece ao público livros editados pela FBN.

- **ESPAÇO ELISEU VISCONTI E AUDITÓRIO MACHADO DE ASSIS – LOCALIZADOS NO PRÉDIO-SEDE**

Foram realizadas exposições, encontros, palestras, debates, mesas redondas e outros, sendo que vários destes eventos tiveram transmissão ao vivo através da parceria realizada com o Instituto Embratel, pelo [www.institutotembratel.org.br](http://www.institutotembratel.org.br) e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP.

- **VISITA GUIADA AO PRÉDIO-SEDE**

Para conhecer sua história e riqueza, a Biblioteca Nacional oferece o serviço de Visita Orientada. Conduzida por guias especializados (bilíngues), o serviço proporciona aos visitantes, vindos de vários estados brasileiros e do exterior, a oportunidade de conhecer a instituição, ter acesso a espaços nobres e de apreciar o conjunto da bela arquitetura que integra o prédio sede da Biblioteca Nacional.

Em 2015 foram realizados vários eventos entre mostras e exposições. Tais exposições têm como objetivo democratizar o acesso ao acervo da instituição, bem como atrair a comunidade com ofertas de produtos culturais de qualidade, fortalecendo o papel da Biblioteca Nacional como uma instituição ativa e cidadã. Dessa forma, a FBN ampliou o acesso ao conhecimento, promovendo seu valioso patrimônio ao público.

Neste exercício atendemos 7.674.867 pessoas, entre leitores, visitantes e pesquisadores, de forma presencial e remota.

---

## **AÇÕES DESENVOLVIDAS COM RECURSOS ORIUNDOS DE DESTAQUES RECEBIDOS**

**UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS: 42.902 - FNC E 42.101 – MINC**

**AÇÃO: 20ZF.0001 – PROMOÇÃO E FOMENTO A CULTURA BRASILEIRA**

**PO: 0000 – Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário**

- **PROGRAMA DE BOLSAS FBN**

*Programa de Apoio a Tradução e Publicação de Autores Brasileiros no Exterior*

Divulgação da literatura brasileira no exterior por meio da concessão de bolsas de tradução e publicação de autores brasileiros e de intercâmbio para que autores brasileiros divulguem suas obras em eventos literários.

O objetivo de médio e longo prazo do Programa é ampliar sua difusão em países e eventos estratégicos e manter a constância em termos do número de projetos apoiados.

O Programa concedeu 47 bolsas.

*Programa Nacional de Apoio à Pesquisadores Residentes (PNAP-R)*

Seleção de projetos de pesquisa, apresentados via Edital de chamada pública, para concessão de bolsas a pesquisadores nacionais e estrangeiros pelo período de 6 ou 12 meses, com o

objetivo de incentivar a produção de trabalhos originais, em formato de manuscrito de livro, desenvolvidos a partir de pesquisas nos acervos da Biblioteca Nacional, em qualquer uma de suas seções, em sistema de residência.

O Programa concedeu 10 bolsas de pesquisa.

**PO: 0001 – Cultura Viva: Fortalecimento e Estímulo de Ações e Projetos Artísticos e Culturais para a Promoção da Cidadania e da Diversidade**

Apoio a Projetos do Ministério da Cultura através das Secretarias:

- SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL - SCDC  
Encontro Internacional Emergências
- SECRETARIA EXECUTIVA – SE  
Ordem do Mérito Cultural
- SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA - SEC  
Laboratório Iberoamericano de Inovação Cidadã Brasil – LABIC-BR

---

**AÇÃO: 20ZH.0001 – PRESERVAÇÃO DE BENS E ACERVOS CULTURAIS**

**PO: 0000 – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro**

- LIVRE ACESSO À MEMÓRIA DOCUMENTAL BRASILEIRA  
Ampliação e melhoria do Centro de Processamento de Dados da FBN, através da aquisição do equipamento *Storage* (Solução de armazenamento de dados para o *Datacenter*) a fim de dotar esta instituição de uma melhor infraestrutura de acesso à informação digital patrimonial que vem sendo gerada pela Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) e pela Hemeroteca Digital Brasileira.

---

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 40.401 – IPHAN -PACCH**

**AÇÃO: 5538.0001 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIDADES HISTÓRICAS**

**PO: 0001 – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas**

- MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO EDIFÍCIO SEDE DA BIBLIOTECA NACIONAL  
Com previsão de conclusão em junho de 2016, a reforma do Sistema elétrico tem importância vital para a segurança e preservação do bem público representado pela instituição e advém da necessidade de adequação das instalações existentes a fim de atender as exigências dos órgãos fiscalizadores pertinentes e proporcionar as devidas condições de segurança às pessoas e ao patrimônio, adequando as instalações às normas técnicas vigentes.

---

### **2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário**

---

O fator agravante é a dotação insuficiente que inviabiliza a plena execução dos projetos, comprometendo os resultados e a contribuição da FBN para uma política eficaz de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do país.

Para minimizar essa situação a FBN firmou parceria junto ao Ministério da Cultura, para financiar, através de recursos do FNC, a execução de alguns projetos que não seriam atendidos por orçamento próprio, devido à escassez de recursos.

### 2.3.3 Informação sobre a Execução das Despesas

A maioria das iniciativas desenvolvidas pela FBN em 2015 foi por meio da seleção pública de projetos em âmbito nacional. Os editais fazem com que a distribuição dos recursos públicos para a área cultural seja de forma democrática, transparente, equitativa e aberta, com regras claras, objetivos específicos e critérios de avaliação previamente divulgados, tornando as políticas públicas de cultura mais difundidas e acessíveis à sociedade.

#### 2.3.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação

##### QUADRO 2.3.3.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Unidade Orçamentária: Fundação Biblioteca Nacional		Código UO: 42202		UGO:344042	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	20.972.146,02	23.802.212,37	20.972.146,02	19.191.153,16	
a) Convite	0	0	0	0	
b) Tomada de Preços	0	0	0	0	
c) Concorrência	0	0	0	0	
d) Pregão	20.972.146,02	23.802.212,37	20.972.146,02	19.191.153,16	
e) Concurso	0	0	0	0	
f) Consulta	0	0	0	0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0	
2. Contratações Diretas (h+i)	2.558.778,23	4.315.504,25	2.558.778,23	3.217.252,61	
h) Dispensa	236.853,79	1.764.483,82	236.853,79	1.220.268,52	
i) Inexigibilidade	2.321.924,44	2.551.020,43	2.321.924,44	1.996.984,09	
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0	
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	59.833.778,64	173.770,60	59.831.969,46	173.770,60	
k) Pagamento em Folha *	59.790.821,91	0	59.789.012,73	0	
l) Diárias	42.956,73	173.770,60	42.956,73	173.770,60	
5. Outros **	5.288.896,70	75.339.282,46	5.288.896,70	68.266.974,54	
6. Total (1+2+3+4+5)	88.653.599,59	103.804.540,28	88.651.790,41	90.849.150,91	

\* Não houve contratação de pessoal com pagamento em folha diferente da informada no quadro de Despesas Correntes. Exercício de 2014.

\*\* Na modalidade Outros (Despesa Liquidada), subtraiu-se o valor das Diárias, pois as mesmas se encontravam em duplicidade (R\$ 75.686.823,66 – R\$ 173.770,60 = R\$ 75.339.282,46). Exercício 2014.

\*\* Na modalidade Outros (Despesa Paga), subtraiu-se o valor das Diárias, pois as mesmas se encontravam em duplicidade (R\$ 68.440.745,14 – R\$ 173.770,60 = R\$ 68.266.974,54). Exercício 2014.

**QUADRO 2.3.3.1.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Unidade orçamentária: MinC/IPHAN/FNC	Código UO: 42101/42204/42902/		UGO: 420002/403101/340002	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.328.034,68	675.414,62	2.328.034,68	1.923,40
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	519.921,13	0	519.921,13	0
d) Pregão	1.808.113,55	675.414,62	1.808.113,55	1.923,40
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	11.475,00	0	11.475,00	0
h) Dispensa	11.475,00	0	11.475,00	0
i) Inexigibilidade	0	0	0	0
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0	0	0	0
k) Pagamento em Folha *	0	0	0	0
l) Diárias	0	0	0	0
5. Outros	324.511,98	2.371.928,78	324.511,98	1.070.226,88
6. Total (1+2+3+4+5)	2.664.021,66	3.047.343,40	2.664.021,66	1.072.150,28

\* Não houve contratação de pessoal com pagamento em folha diferente da informada no quadro de Despesas correntes.



### 2.3.3.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

#### QUADRO 2.3.3.2.1 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária: Fundação Biblioteca Nacional			Código UO: 42202		UGO: 344042			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesa de Pessoal	59.790.821,91	60.669.421,83	59.790.821,91	60.669.421,83	0	0	59.789.012,73	60.666.895,72
11-vencimento e vant.fixas-p.civil	31.614.340,44	33.357.706,19	31.614.340,44	33.357.706,19	0	0	31.614.340,44	33.355.180,08
01- aposent.rpps, reser, rem, refor, militar	17.656.722,25	16.849.555,05	17.656.722,25	16.849.555,05	0	0	17.654.913,07	16.849.555,05
13-origações patronais	6.265.468,09	6.547.383,45	6.265.468,09	6.547.383,45	0	0	6.265.468,09	6.547.383,45
Demais elementos do grupo	4.254.291,13	3.914.777,14	4.254.291,13	3.914.777,14	0	0	0	3.914.777,14
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	34.173.376,99	48.077.036,94	28.806.188,63	42.051.630,68	5.367.188,26	2.875.406,26	28.806.188,63	29.853.342,37
37-locação de mão de obras	19.725.862,96	16.663.962,48	16.900.015,75	16.342.877,96	2.825.847,11	321.084,52	16.900.015,75	13.953.932,51
39-outros serviços terceiros-jurídica	9.185.745,06	16.171.098,60	7.190.925,24	15.468.976,86	1.994.819,82	702.121,74	7.190.925,24	7.498.686,88
46-auxilio alimentação	1.587.358,76	0	1.587.358,76	0	0	0	1.587.358,76	0
41-contribuições fundo a fundo	0	3.150.000,00	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	3.674.410,21	12.091.975,86	3.127.888,88	10.239.775,86	546.521,33	1.852.200,00	3.127.888,88	5.872.220,50
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4-investimentos	629.277,95	1.083.487,77	56.589,05	1.083.811,94	572.688,90	0	56.589,05	328.560,40
52-equip. e mat.permanente-op.int.orc	626.220,95	977.475,27	53.532,05	977.475,27	572.688,90	0	53.532,05	237.700,32
39-outros serviços terceiros pes.jurica	3.057,00	76.862,30	3.057,00	76.862,50	0	0	3.057,00	126.740,00
51-obras instalações	0	29.150,00	0	29.150,00	0	0	0	14.350,00
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0

No grupo despesas de pessoal no elemento 01, nos valores pagos em 2014 há uma diferença de R\$ 2.526,11 referente à OBP liberada pelo sistema somente no exercício 2015.

No grupo despesas de pessoal no elemento 01, nos valores pagos em 2015 há uma diferença de R\$ 1.809,18 referente à OBP liberada pelo sistema somente no exercício 2016.

**QUADRO 2.3.3.2.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

Unidade Orçamentária: MinC/IPHAN/FNC			Código UO: 42101/42204/42902		UGO: 420002/403101/340002			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1-Despesa de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	1.695.970,15	3.047.343,40	1.032.693,53	3.047.343,40	663.276,62	0	1.032.693,53	1.072.150,28
39-outros serv.terc.-pes.juridica	0	1.831.485,96	0	1.831.485,96	0	0	0	630.847,64
39-outros serviços terceiros-jurídica	1.216.270,15	0	950.693,53	0	265.576,62	0	950.693,53	0
48-outros aux.financ. pessoa física	479.700,00	904.600,00	82.000,00	904.600,00	397.700,00	0	82.000,00	132.537,42
41-contribuições fundo a fundo	0	300.000,00	0	300.000,00	0	0	0	300.000,00
Demais elementos do grupo	0	11.257,44	0	11.257,44	0	0	0	8.765,22
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4-investimentos	4.411.407,00	0	1.631.328,13	0	2.780.078,87	0	1.631.328,13	0
52-equip. e mat.permanente-op.int.orc	1.111.407,00	0	1.111.407,00	0	0	0	1.111.407,00	0
51-obras instalações	3.300.000,00	0	519.921,13	0	2.780.078,87	0	519.921,13	0
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0

---

### **2.3.3.3 Análise Crítica da Realização da Despesa**

---

A gestão orçamentária e financeira da FBN foi executada e realizada através do Sistema de Monitoramento, Execução e Controle – SIMINC, que, além de ser a base de suporte para elaboração da Proposta Orçamentária, concentra informações a respeito dos objetivos, metas, produtos, tipo de instrumento, abrangência Regional, custos e cronogramas de cada projeto. Tais informações são inseridas no Sistema pela FBN, mediante preenchimentos dos chamados Planos Internos, que após a avaliação e aprovação da Coordenação Geral de Planejamento Setorial – MinC, formarão a estrutura básica, por Projetos do Planejamento e execução da FBN. Foi por meio de Planos Internos aprovados, que a FBN realizou sua execução.

As contratações realizadas por inexigibilidade foram referentes aos jurados dos Prêmios Literários da FBN e Prêmio Camões de Literatura, por terem reconhecida idoneidade, notório saber e capacidade de julgamento nos campos de abrangência das categorias que fazem parte do concurso.

O fator agravante na gestão da execução das ações é a dotação insuficiente, o contingenciamento dos recursos e a demora na liberação do limite orçamentário, muitas vezes num prazo que inviabiliza a plena execução dos projetos, comprometendo os resultados e a contribuição da FBN para uma política eficaz de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do país. Ademais, o contingenciamento orçamentário compromete a sustentabilidade e a continuidade dos programas da Instituição.

Quanto ao limite financeiro, o mesmo é estabelecido pelo Governo Federal em relação ao Ministério da Cultura, que também o estabelece para as unidades vinculadas.

Os créditos recebidos via Destaque Orçamentário são importantes para que as unidades possam cumprir o desenvolvimento de suas ações, já que os orçamentos próprios são insuficientes.

---

## **2.4 Desempenho Operacional**

---

A execução plena dos recursos alocados nas ações reflete os esforços dessa instituição em atender o princípio constitucional de eficiência, eficácia e efetividade, contribuindo para a melhoria do gasto público e incrementando o valor social produzido com recursos fiscais.

---

## **2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho**

---

A Administração ainda não possui uma sistematização para a concepção de um indicador de desempenho para monitorar e avaliar a gestão. Entretanto, estudos deverão ser realizados na direção da análise comparativa de possíveis indicadores que nos possibilitem a aferição da economicidade, eficácia, eficiência e efetividade, de forma coerente e no âmbito dos macro e microprocessos da cultura.

---

### **2.5.1 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho conforme Deliberações do Tribunal de Contas da União**

---

Não se aplica.

### **3 GOVERNANÇA**

---

#### **3.1 Descrição das Estruturas de Governança**

---

Introdutoriamente, a estrutura de governança da FBN compõe-se por três núcleos, quais sejam: a Diretoria Colegiada, a Procuradoria Federal junto à FBN e a Auditoria Interna.

Antes de aprofundarmos as instâncias de Governança na FBN, insta observar, a alteração da estrutura organizacional da entidade ocorrida em 2014, por via do Decreto nº 8.297/2014, que aprovou o novo estatuto da FBN, devolvendo a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLL B em conjunto com suas coordenações para a estrutura do Ministério da Cultura. A referida readequação visava ao alinhamento das atividades desenvolvidas pela FBN à sua verdadeira missão institucional. Contudo, uma nova alteração do Estatuto veio a ser proposta em 2015, paralisando os trâmites de Conclusão do Regimento Interno da Instituição desenvolvido com base no Decreto nº 8.297/2014. De forma que, é aguardada a aprovação desta última alteração para que os trabalhos do Regimento Interno da FBN sejam retomados.

A Diretoria Colegiada, como primeiro núcleo de governança da Instituição, será tratada em tópico específico, qual seja o item “5.2 Informações sobre dirigentes e colegiados”, seguindo a organização do Relatório de Gestão sugerida pelo Sistema. A seguir, iniciamos à análise dos demais núcleos da FBN.

Partindo para o segundo núcleo de governança, notadamente, a Procuradoria Federal, observamos que o Estatuto atribui-lhe, em resumo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente a Fundação e exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos. Por sua vez, a materialização de sua atuação ocorre via a emissão de pareceres jurídicos, obrigatórios ou não, que auxiliam tanto os gestores administrativos quanto aqueles da área finalística no regular desempenho de suas funções. A Procuradoria junto à FBN atua, ainda, quando provocada pelas Unidades da Fundação, prestando consultoria jurídica e auxiliando a gestão na manutenção da conformidade legal nos atos praticados.

De outro giro, à Auditoria Interna, terceiro núcleo de governança, compete, principalmente, verificar a conformidade dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal, bem como acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos.

No exercício de 2015, a Auditoria Interna além de atuar no controle posterior dos atos administrativos, com a emissão de Relatórios e Notas Técnicas, buscou aproximar-se da gestão da Instituição atendendo a solicitações e pedidos de orientação da Administração, com respostas a tais consultas.

As eventuais inconformidades ou fragilidades, detectadas através do trabalho da Auditoria, foram comunicadas aos setores responsáveis acompanhadas de recomendações voltadas à correção dos respectivos desvios e ao aprimoramento do sistema de controles internos da FBN.

Conclui-se, portanto, que a atual administração objetiva a maior interação entre si, os setores da casa, a Procuradoria Federal e a Auditoria Interna, com vistas ao aperfeiçoamento dos controles e a melhor compreensão, por parte dos núcleos de governança, das atividades desempenhadas pelas diversas áreas da Fundação.

---

## 3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

---

De acordo com as competências relacionadas no Decreto em vigor indicado, apontamos que a Diretoria Colegiada detém a competência para a análise e discussão dos assuntos relevantes para a Instituição, formulando a sua política institucional, bem como suas diretrizes e estratégias de atuação. Ademais, outros assuntos tidos por relevantes pelo Presidente e pelos Coordenadores da casa também tornam-se objeto de deliberação pela Diretoria Colegiada.

A composição da Diretoria Colegiada atualmente reúne: o Presidente, o Diretor Executivo, e os Coordenadores-Gerais<sup>1</sup>. O atual Estatuto prevê a participação de um representante dos servidores, com direito a voz e sem direito a voto, nas reuniões do Colegiado, objetivando o aprimoramento dos mecanismos de governança da Instituição. Merece registro que participam da Diretoria Colegiada, quando convocados pelo Presidente, o Procurador-Chefe e o Auditor Chefe, ambos sem direito a voto.

Assim, verificamos que a Diretoria Colegiada, órgão de deliberação superior, detém, originariamente, a competência para aprovar as propostas orçamentárias, os planos anuais e plurianuais, aprovar o balanço anual e a prestação de contas anuais, bem como para tratar de assuntos que importem em obrigações para a FBN.

---

<sup>1</sup> O rol de Coordenadores-Gerais descrito no Anexo II, do Decreto nº 8.297:

- a. Coordenador-Geral de Planejamento e Administração;
- b. Coordenador-Geral do Centro de Processamentos e Preservação;
- c. Coordenador-Geral do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores;
- d. Coordenador-Geral do Centro de Pesquisa e Editoração; e
- e. Coordenador-Geral do Centro de Cooperação e Difusão.

---

### **3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

---

A Unidade de Auditoria Interna é órgão seccional ligado à Presidência, que tem a prerrogativa de escolha do Auditor-Chefe. A nomeação ocorre mediante a concordância da indicação da Controladoria-Geral da União, conforme definido em legislação própria e constante no Estatuto da Fundação Biblioteca Nacional, Decreto nº 8.297/2014.

A execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, aprovado para o exercício de 2015, atingiu um percentual aproximado 72% de conclusão das atividades inicialmente previstas. Em resumo, encerramos o exercício com 1 (um) Relatório de Auditoria e 14 Notas Técnicas concluídos.

O Relatório de Auditoria concluído em 2015 abordou tema relacionado à avaliação da conformidade legal dos procedimentos adotados nos Pregões do exercício de 2014. Há, ainda, outra atividade de auditoria desenvolvida em 2015, que ainda se encontra em andamento, com expectativa de conclusão em 2016, abordando a área de Recursos Humanos da FBN.

As Notas Técnicas receberam o registro do resultado dos trabalhos de auditoria, regularmente previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, aprovado para o exercício, bem como, das atividades de consulta, análise do cumprimento das recomendações da CGU, análise de denúncias ou representações e o registro de atividades de assessoramento à gestão, muitas vezes atendendo a demandas não previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, cabendo excepcionar o trabalho referente à avaliação da regularidade dos Pregões realizados em 2014 que foi consignado no Relatório de Auditoria nº 01/2015.

Tratando dos trabalhos de auditoria previstos, mas não realizados, registramos que estes se referem à avaliação sobre o atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos pelo Poder Executivo Federal, à avaliação da regularidade de dispensa e inexigibilidade de licitações e à avaliação da regularidade do uso da frota na Biblioteca Nacional.

As atividades relacionadas não foram realizadas devido ao constante trabalho de assessoramento à gestão (emissão de posicionamento técnico sobre consultas efetuadas e da participação em reuniões com gestores e alta administração da FBN) e ao quadro ainda mais exíguo de servidores na Unidade de Auditoria Interna, que de três colaboradores, no total, passou a contar, a partir de setembro de 2015, com um Auditor Chefe e apenas um assistente administrativo que, em caso de ausência do Auditor-Chefe, atua em substituição, resumindo a equipe de auditoria a um único servidor, para a execução dos trabalhos previstos para o setor e para o reforço nas atividades de apoio a gestão.

Além dos trabalhos formalmente registrados em Notas Técnicas e Relatório mencionados, o envolvimento da Auditoria Interna em temas de relevância para a Instituição merece destaque quanto às atividades de assessoramento à gestão. A saber:

- I. Fornecimento de maiores esclarecimentos sobre os dados de movimentação financeira da gestão do Programa Livro Aberto e as informações tratadas e tabuladas em planilha eletrônica entregue ao Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLL, para aprofundamento da análise do passivo do referido Programa;
- II. Participação em videoconferências e reunião presencial, em Brasília, com o Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Cultura – AECI/MinC, com a área de Tecnologia da Informação e com a Assessoria da Secretaria Executiva para fornecer subsídios da Auditoria Interna da FBN ao prosseguimento da análise do passivo do Livro Popular, em sede de Ministério.



- III. Participação em reuniões de orientação à elaboração do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2015;
- IV. Participação em reunião com os responsáveis pela Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLLLB do MinC, em Brasília, para tratar da contribuição da DLLLLB nas recomendações que lhe competem no Plano de Providências Permanente da FBN;
- V. Participação em reuniões de Diretoria Colegiada, quando a convite da Presidência da FBN;
- VI. Discussões com a direção da casa, em conjunto com a Procuradoria Federal junto à FBN, sobre a relação da FBN com a Fundação Miguel de Cervantes e suas atividades.
- VII. Assessoramento à direção da casa, em conjunto com a Procuradoria Federal junto à FBN, nas questões sobre determinações do Tribunal de Contas da União – TCU e recursos cabíveis acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 17/2014, no Acórdão nº 2546/2015 – TCU – Plenário.
- VIII. Condução da 1ª Comissão Eleitoral da FBN para eleição de representante dos servidores na Diretoria Colegiada.

A propósito da qualidade dos controles internos, no tocante à apuração dos resultados dos indicadores para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade jurisdicionada, comunicamos que a FBN não possui indicadores previstos para o monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos, conforme já registrado nos Relatórios de Gestão dos dois últimos exercícios.

Ainda tratando do sistema de controles internos da FBN, e remetendo-nos ao diagnóstico sobre a normatização interna das atividades finalísticas e administrativas desenvolvidas pela instituição, realizado ainda em 2014, consideramos que houve esforços na revisão do arcabouço normativo interno, para atualização dos controles internos à legislação atual e correção de incompatibilidades com as atividades ou estruturas internas da FBN. Para tal, merece registro que a Fundação implementou avanços voltados à edição de normativos internos pelos diversos setores, representados pela composição da Comissão de Apoio à Participação da Biblioteca Nacional em Foros Internacionais, da Comissão de Mostras e Exposições da Biblioteca Nacional e a Comissão de Política de Acervo da Biblioteca Nacional, após a participação da Auditoria Interna em recomendações nesse sentido, nos termos dos Planos Anuais de Auditoria Interna de 2014 e 2015. As referidas Comissões, que possuem o objetivo de elaborar procedimentos e rotinas normatizadas em diferentes áreas de atuação da instituição, tiveram seus membros nomeados e atribuições definidas, respectivamente, nas Decisões Executivas n.º 75, 76 e 77 de 08/10/2015.

---

### **3.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos**

---

Por não possuir a Fundação Biblioteca Nacional, em sua estrutura funcional, uma Unidade de Correição permanente, ou seja, um setor específico que trate das competências correcionais, os processos de apuração de responsabilidade ocorrem por meio da nomeação de servidores, de diversos setores, aptos a participarem das respectivas comissões apuratórias. Quando instaurados os procedimentos apuratórios e concluídos os trabalhos das Comissões, os processos são encaminhados à decisão do Presidente da instituição e à ciência e manifestação da Procuradoria Federal.

Em 2015, para compor comissões voltadas para a apuração de responsabilidade, as dificuldades continuaram frequentes, em grande parte, devido a carência de quantitativo de servidores aptos a integrá-las, sendo que, de acordo com levantamento da Auditoria Interna, estão pendentes de instauração 3 (três) apurações de responsabilidade requeridas pela Controladoria Geral da União e 5 (cinco), pela Auditoria Interna da FBN.

Por fim, aponta-se que a Fundação Biblioteca Nacional buscou cumprir, no exercício de 2015, as obrigações estabelecidas pela Portaria CGU nº 1.043/2007, notadamente, no que se refere ao registro das informações relativas a processos disciplinares.

Tal atividade vinha sendo executada por dois, dos três servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna, no entanto, após redução do quadro da força de trabalho deste setor, os esforços voltados ao lançamento e à atualização das informações sobre os processos disciplinares passaram a exigir maior prazo para implementação e correção, conforme requerido à Controladoria Geral da União, ainda em dezembro de 2015. Na oportunidade, contando com o exíguo quadro global de 2 servidores (Auditor-Chefe e Assistente Administrativo), por meio do Ofício nº 67/2015/FBN/CG, de 16/12/2015, fora solicitado prazo adicional de até 60 (sessenta) dias para satisfação das pendências quanto às informações não lançadas no Sistema CGU-PAD, veiculadas no Ofício nº 27106/2015/CSACE/CORAS/CRG/CGU-PR, de 24/11/2015.

Cientes da efetiva avaliação da utilização do Sistema CGU-PAD, desde 2013, pelo Tribunal de Contas da União, por ocasião da Prestação de Contas (Portaria TCU nº 150/2012 e item 6 do Anexo III, da Decisão Normativa TCU nº 124/2012), disponibilizamos, por ocasião deste Relatório, as informações mais atualizadas sobre as apurações de responsabilidade da FBN, incluindo os dados sobre procedimentos disciplinares a serem instaurados, conforme nova funcionalidade do sistema CGU-PAD.

De forma que, acrescentamos, por fim, que os procedimentos de apuração de responsabilidade pendentes de instauração, aguardam que suas respectivas comissões sejam instauradas para que tenham prosseguimento, bem como as atualizações e correções de informações lançadas no Sistema CGU-PAD serão realizadas pela equipe de Auditoria, assim que recomposta.

**QUADRO 3.4.1 – PROCESSOS LANÇADOS NO CGU-PAD**

<b>Número do Processo Principal</b>	<b>Data de Cadastro</b>	<b>Data da instauração</b>	<b>Tipo de Processo</b>	<b>Ciência pela autoridade instauradora:</b>	<b>Assunto</b>	<b>Situação do Processo</b>
01430.000010/2003-07	06/02/2014	20/05/2003	Rito Sumário (Lei 8.112/90)	20/05/2003	Ausência ou impontualidade ao serviço	Anulado por decisão administrativa
01430.000100/2003-91	03/07/2014	20/05/2003	Sindicância	20/05/2003	Ausência ou impontualidade ao serviço	Anulado por decisão administrativa
01430.000110/2014-88	14/02/2014	04/02/2014	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	01/02/2009	Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	Encaminhado à Procuradoria Federal junto à FBN
01430.000129/2013-43	20/08/2014	26/06/2014	Sindicância	16/07/2013	Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	Encaminhado à Procuradoria Federal junto à FBN
01430.000175/2009-60	05/09/2014	19/02/2009	Sindicância	11/02/2009	Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	Processo Julgado
01430.000328/2013-51	21/02/2014	04/06/2013	Sindicância	04/06/2013	Reconhecimento de dívida	Processo Julgado
01430.000352/2004-08	11/07/2014	06/04/2004	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	06/04/2004	Ausência ou impontualidade ao serviço	Anulado por Decisão Administrativa
01430.000353/2004-44	07/02/2014	16/11/2004	Rito Sumário (Lei 8.112/90)	16/11/2004	Ausência ou impontualidade ao serviço	Anulado por Decisão Administrativa
01430.000360/2005-27	07/02/2014	27/07/2005	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	27/07/2005	Ausência ou impontualidade ao serviço	Anulado por Decisão Administrativa
01430.000361/2005-71	11/07/2014	27/07/2005	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	27/07/2005	Ausência ou impontualidade ao serviço	Anulado por Decisão Administrativa
01430.000400/2013-41	20/02/2014	09/05/2013	Sindicância	09/05/2013	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	Encaminhado para Arquivo (necessária correção no CGU-PAD)
01430.000577/2005-30	27/06/2014	03/06/2005	Sindicância	03/06/2005	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	Processo Julgado
01430.000882/2010-96	10/03/2014	05/08/2010	Sindicância	28/07/2010	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	Encaminhado para Arquivo (necessária correção no CGU-PAD)
01430.001038/2014-10	30/10/2014	28/11/2003	Sindicância	06/05/2014	Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	Processo Julgado

01430.001426/2010-60	28/01/2014	17/12/2010	Rito Sumário (Lei 8.112/90)	01/12/2005	Ausência ou impontualidade ao serviço	Anulado por Decisão Administrativa
01430.001427/2010-16	11/07/2014	17/12/2010	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	17/12/2010	Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	Encaminhado à Procuradoria Federal junto à FBN
01430.001428/2010-50	21/02/2014	17/12/2010	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	03/04/2006	Acumulação indevida de cargos	Processo Julgado
01430.001431/2010-70	08/12/2014	17/12/2010	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	08/12/2005	Ausência ou impontualidade ao serviço	Processo Julgado

**QUADRO 3.4.2 – PROCESSOS PENDENTES DE LANÇAMENTO NO CGU-PAD**

<b>Processo</b>	<b>Assunto</b>
01430.002135/2008-35	Desaparecimento de material eletroeletrônico armazenado no Prédio Anexo após relatório de conferência realizado pela empresa *****.
01430.000317/2008-12	Furto de Aparelho de ar condicionado no prédio anexo - Patrimônio 16.830.
01430.002043/2009-79	Desaparecimento de material eletroeletrônico armazenado no Prédio Anexo.
01430.000103/2009-19	Desaparecimento de dois televisores do prédio anexo.
01430.001430/2010-21	Processo disciplinar decorrente de relatório da CGU que apontou fragilidades no controle de frequência – Servidor.
01430.000860/2011-15	Processo de reconhecimento de dívida - Contratação de serviço de hospedagem e transporte IX Feira Literária de Paraty - FLIP.
01430.000439/2012-87	Processo de reconhecimento de dívida - *****.
01430.000471/2012-62	Processo de reconhecimento de dívida - Contratação de serviço de hospedagem e transporte X Feira Literária de Paraty - FLIP.
01430.000606/2012-91	Processo de reconhecimento de dívida - Contratação de serviço de hospedagem de servidores da FBN na 22ª Bienal do Livro de São Paulo.
01430.001277/2012-11	Processo de reconhecimento de dívida - ****.
01430.001242/2012-65	Desaparecimento de Notebook - Patrimônio 25394.
01430.000069/2012-88	Aquisição de pasta cruz.
01430.001509/2013-11	Apuração de responsabilidade por contratação irregular de serviços de assessoria de imprensa e comunicação nos festivais literários de Leipzig/Alemanha.
01430.000488/2013-17	Processo de reconhecimento de dívida - ** Fixo/****.
01430.000130/2013-78	Processo de reconhecimento de dívida referente à contratação de internet 3G - ****.

**QUADRO 3.4.3 – APURAÇÕES DE RESPONSABILIDADE AINDA NÃO INSTAURADAS**

<b>Documento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Origem</b>
Relatórios de auditoria	3	Controladoria Geral da União
Notas técnicas	5	Auditoria Interna

### 3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

**QUADRO 3.5.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UPC**

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

<b>Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados</b>	<b>Valores</b>				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					<b>X</b>
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				<b>X</b>	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			<b>X</b>		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				<b>X</b>	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				<b>X</b>	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		<b>X</b>			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>X</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				<b>X</b>	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>X</b>	
<b>Análise Crítica e comentários relevantes:</b> Nada a declarar.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					



## 4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

---

### 4.1 Canais de Acesso do Cidadão

---

A Biblioteca Nacional mantém os seguintes canais de acesso ao cidadão:

- I. **Sítio institucional** – o sítio institucional da Biblioteca Nacional, que já havia passado por alterações significativas em dezembro de 2014, foi modernizado em novembro de 2015, passando a incorporar novos assuntos de interesse da instituição e de seus usuários em uma plataforma tecnológica baseada em sistema de gestão de conteúdo de código fonte aberto. Com as novas funcionalidades, mantém-se o foco na difusão de informações de interesse do público em geral, leitores-pesquisadores e profissionais. Vale a pena destacar o alcance desse importante canal de comunicação institucional, que ao longo de 2015 alcançou a expressiva marca de 3.401.123 visualizações de página em todo o sítio, para um agregado de 1.259.033 sessões de usuários distribuídas em um total de 715.974 usuários diferentes. A maior parte dos acessos (94%) provém do Brasil, seguida de Estados Unidos (1,15%) e Portugal (0,64%). O sítio atende principalmente às mulheres (60,4% do público), contra 39,6% de homens, e majoritariamente à faixa etária entre 25 e 34 anos (32,34%), contra 20,3% para 18 a 24; 18,33% para 35 a 44; 13,54% para 45 a 54; 9,66% para 55 a 64 e 5,83% acima de 65. Dentre os canais de contato com o público disponibilizados pelo novo sítio eletrônico estão:
  - a. **Fale conosco** – formulário de contato simples que demanda informações do cidadão como nome, e-mail, assunto de interesse e mensagem, que é direcionado automaticamente para a área responsável. URL: <http://www.bn.br/ajuda/fale-conosco>
  - b. **Ouvidoria** - por meio de link direto com o Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC), o sítio da FBN oferece a possibilidade de contato direto para reclamações, sugestões, denúncias e comentários, disponível na URL: <http://www.bn.br/acesso-informacao/servico-informacao-ao-cidadao>. O acesso também pode ser feito por e-mail ([ouvidoria@bn.gov.br](mailto:ouvidoria@bn.gov.br) / [sicbn@bn.gov.br](mailto:sicbn@bn.gov.br)) e pelo “fale conosco” (<http://www.bn.br/ajuda/fale-conosco>).
  - c. **Pesquisa à distância** – a Biblioteca Nacional tem um serviço voltado para o atendimento ao público pesquisador, residente fora do Município do Rio de Janeiro com a finalidade de facilitar o processo de pesquisa e minimizar os efeitos da distância, proporcionando o envio de textos, imagens e outras solicitações por diversos meios, aos interessados não residentes na cidade. O acesso é feito pelos formulários eletrônicos disponíveis na URL: <http://www.bn.br/servicos/pesquisa-distancia>
- II. **Mídias sociais** – com a crescente expansão de acessos às mídias sociais, a Biblioteca Nacional vem otimizando o uso das ferramentas disponíveis para estreitar a relação com o público interessado, levando informações diárias para mais de 300 mil usuários das redes sociais.
  - a. **Facebook** – o grande aumento no número de seguidores da Biblioteca Nacional nessa rede social (o número total já ultrapassou 205 mil pessoas) evidencia a estratégia de uma comunicação mais aberta, voltada para o público, com foco na difusão das informações sobre cultura, história e seu acervo. O *Facebook* é um dos canais interativos onde a Biblioteca Nacional procura manter contato constante com seu público, por meio de postagens diárias, disponibilizando informações, eventos e exposições que promove, acervo, curiosidades e, principalmente, respondendo perguntas em tempo real sobre os

mais variados temas (mais de 600 perguntas e respostas por ano). A página da BN pode ser acessada no endereço eletrônico: <http://www.facebook.com/bibliotecanacional.br/>.

- b. **Twitter** – as publicações nessa rede social obedecem ao mesmo critério dos demais canais e visa disponibilizar informações para o público específico que a utiliza, com linguagem resumida e imagens relacionadas. As postagens normalmente direcionam os seguidores (100 mil) para o site institucional onde as matérias e informações são dispostas de maneira integral. A página da BN no *Twitter* pode ser acessada pelo endereço: <http://twitter.com/FBN>.
- c. **Blog da BN** - o blog da BN (<http://blogdabn.wordpress.com/>), funciona como base para as publicações nas mídias sociais, armazenando matérias, informações, curiosidades, eventos e publicações diversas. A manutenção de um blog na internet visa atender aos internautas, como uma opção mais informal e um canal de informações despojado, cujos textos são mais leves, tornando seu conteúdo atraente e popular.
- d. **Instagram** - mais nova mídia social onde a BN se faz presente, o *Instagram* veio somar esforços rumo ao objetivo de disponibilizar informações sobre o cotidiano da Biblioteca Nacional. Como as outras mídias, trata-se de um canal de comunicação específico para disponibilização de fotos, imagens e textos curtos, dirigido para um público que acessa a internet por *smartphones* e *tablets*. Sua utilização abre uma nova perspectiva de abordagem e divulgação do acervo iconográfico, dos eventos e de temas relacionados com as áreas da BN. O *Instagram* da BN é acessado pelo endereço: [https://www.instagram.com/fundacao\\_biblioteca\\_nacional/](https://www.instagram.com/fundacao_biblioteca_nacional/)

III. **Presencial** – nas salas de acervo e nas recepções (Av. Rio Branco e Rua México), há balcões para atendimento aos leitores e pesquisadores; no Palácio Gustavo Capanema, há atendimento na Biblioteca Euclides da Cunha – BEC (biblioteca de empréstimos de livros) e na Divisão de Música.

---

## **4.2 Aferição do Grau de Satisfação dos cidadãos-Usuários**

---

Além dos canais digitais, a Biblioteca Nacional oferece aos frequentadores presenciais, como forma de expressarem sua satisfação, insatisfação, sugestão ou crítica, urnas disponibilizadas nos salões de leitura e consulta e nas recepções.

Com a evolução da integração entre os canais, as áreas e as ferramentas de comunicação, os níveis de reclamações e dúvidas registrados no último ano, segundo o relatório anual da Ouvidoria do Ministério, que posicionavam a BN como responsável por apenas 2,44% do total de reclamações e pedidos de informações do Ministério da Cultura. O percentual apresentado no relatório destaca a BN como a coligada mais bem posicionada.

---

### **4.3 Mecanismos de Transferência das Informações relevantes sobre a Atuação da Unidade**

---

O sítio da Biblioteca Nacional traz a seção sobre “Acesso à Informação”, permitindo que seus usuários tenham acesso a páginas de informação, serviços informativos do Governo Federal e documentos. Os tópicos estão organizados de acordo com a mesma estrutura utilizada nos sítios de outros órgãos do Governo Federal. A página de Acesso à Informação está acessível em endereço *web* de fácil acesso em <http://www.bn.br/acesso-informacao/servico-informacao-ao-cidadao>. O endereço também dá acesso ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

A Biblioteca Nacional publica seu relatório de gestão anualmente, recebe as observações dos cidadãos nos vários canais de comunicação que dispõe e atualiza constantemente sua Carta ao Cidadão.

---

#### 4.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos produtos, serviços e Instalações

---

A atual versão do sítio institucional da Biblioteca Nacional, disponível em <http://bn.br>, implementa alguns padrões estabelecidos pela Secom para os sítios ligados ao Governo. Os itens que se destacam são:

- I. **Alto contraste:** algumas pessoas têm dificuldades de leitura de letras escuras sobre fundo branco, ou fundo claro. Para esse público, a leitura se torna mais fácil pela inversão das cores da tela, ou seja, fazendo o fundo aparecer em cor escura, ou preto, e o texto em cor clara (amarelo, branco). O sítio da Biblioteca Nacional implementa esse recurso de acessibilidade.
- II. **Atalhos:** outro recurso que também foi implementado nesta versão do sítio são os atalhos, que podem ser clicados no alto da tela, remetendo os usuários para as respectivas páginas de conteúdo ou acessados a partir de teclas de atalho.
- III. **Cuidados gerais com a montagem da página:** por fim, cabe destacar o cuidado com a utilização de alguns padrões de projeto que tornam a página mais acessível, por exemplo: as ferramentas de leitura de tela, como o uso de atributos tipo *alt* nas *tags* de imagem permite que deficientes visuais tenham acesso a uma descrição do que está sendo exibido nas fotos que aparecem nas páginas.

## **5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

---

### **5.1 Desempenho Financeiro no Exercício**

---

No que tange à questão financeira destinada à cobertura das despesas com investimento e custeio, a FBN no decorrer desta execução deparou-se com enormes dificuldades acarretadas pela demora na liberação de recursos financeiros por parte do MinC, ocasionando, assim, atrasos de pagamentos junto aos contratos em execução e demais despesas.

A instabilidade do fluxo de recursos financeiros produziu um impacto negativo na execução das ações, gerando um valor considerável de recursos de Restos a Pagar para o exercício de 2016.

Em que pese às dificuldades apontadas, foram executados os recursos financeiros recebidos em quase sua totalidade.

---

**5.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos**

---

**a) Está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10:**

**Resposta:** Não.

**b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima:**

**Resposta:** A FBN após o término de mais um exercício financeiro em relação à NBC T 16.9 que trata da depreciação, amortização e exaustão, até o presente momento não realizou as orientações contidas na MACROFUNÇÃO nº 020330, do manual do SIAFI (Sistema Integrado da Administração Financeira), a respeito deste assunto. Em que pese a FBN já ter providenciado um software para realizar os procedimentos cabíveis, todavia, o Setor de Patrimônio que é encarregado do emplaquetamento dos bens, e conseqüentemente depreciá-los se for o caso, que entram no imobilizado desta Fundação, tem se deparado com enorme dificuldade de como operacionalizar o programa a contento e satisfatoriamente no que tange às normas vigentes. Devido ao exposto a Divisão de Contabilidade e Finanças responsável pelo lançamento no Balanço da FBN do somatório dos bens depreciados mês a mês, somatório este que deveria ser enviado pelo Setor Patrimônio, termina por fim não realizando os procedimentos contábeis necessários. Em relação à NBC T 16.10, sobre o ativo imobilizado o que já foi discorrido em boa parte aplica-se aqui. Para maiores esclarecimentos vide Processo FBN 01430.000867/2011-29 autuado para este fim.

---

### **5.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade**

---

Não há na estrutura orgânica da FBN, até o momento, uma sistemática de apuração de custos.



---

## **5.4 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei n 4.320/64 e Notas Explicativas**

---

---

### **5.4.1 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei n 4.320/64**

---

Os demonstrativos contábeis encontram-se na sessão de Anexos.

---

### **5.4.2 Nota Explicativa**

---

Inventário Almojarifado – Conta Contábil – 1.1.5.6.1.00.00

Inventário Bens Móveis – Conta Contábil – 1.2.3.1.0.00.00

Ao longo do exercício em análise, esta Setorial não efetuou no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI conformidade com restrições referentes aos Relatórios de Movimentação Mensal de Almojarifado – RMMA e a Movimentação Mensal de Bens Móveis – RMMB desta Fundação, considerando a identidade dos registros contábeis com a documentação de entradas e saídas.

Quanto aos relatórios dos inventários relativos aos materiais estocados em Almojarifado e dos Bens Móveis no que tange aos procedimentos inerentes à Tomada de Contas Anual e Prestação de Contas referente ao exercício de 2015 não terem sido apresentados a esta Setorial, justificou o Chefe da Divisão de Compras e Patrimônio que foram estabelecidas através das Decisões Executivas nº 05, de 03/03/2016 e nº 06, de 04/03/2016, designando comissões formalmente para procederem os inventários e que os ajustes que se fizerem necessário ocorrerão no exercício de 2016.

## 6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 6.1 Gestão de pessoas

#### 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

QUADRO 6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	555	376	42	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	555	576	42	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	541	362	40	14
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	3	-	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	11	2	3
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	9	9	4	6
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	564	385	46	24

Fonte: Siape

QUADRO 6.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	74	285
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		277
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	68	277
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	8
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	2	7
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	76	292

Fonte: Siape / Sistema de Pessoal

**QUADRO 6.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	41	38	11	13
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	41	38	11	13
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	25	25	6	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	2	1	3
1.2.4. Sem Vínculo	7	7	2	3
1.2.5. Aposentados	4	4	2	3
<b>2. Funções Gratificadas</b>	38	38	7	5
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	38	38	7	5
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	79	76	18	18

Fonte: Siape

### 6.1.1.1 Análise Crítica

A Estrutura de pessoal da FBN se apresenta aquém das suas necessidades de acordo como pode ser observado no quantitativo da **lotação efetiva** que corresponde a **66,91%** (sessenta e seis vírgula noventa e um) por cento da **lotação aprovada**.

A distribuição da força de trabalho da entre a **área meio** e a **área fim** encontra-se desequilibrada, representando apenas **19,56%** (dezenove vírgula cinquenta e seis por cento) da força de trabalho efetiva.

Dos **41** (quarenta e um) cargos comissionados aprovados pelo Estatuto da FBN, **23** (vinte e três) foram ocupados por servidores requisitados/cedidos de outros órgãos e servidores sem vínculo com a Administração Pública, correspondendo a **56,09%** (cinquenta e seis vírgula nove por cento) do total. Ressaltamos que o quantitativo de cargos comissionados está aquém das necessidades institucionais, sobrecarregando a responsabilidade e o poder de decisão dos gestores.

As aposentadorias ocorridas nos últimos **05** (cinco anos) num total de **69** (sessenta e nove), vêm impactando sobre a força de trabalho da FBN, principalmente na perda de transferência de conhecimento.

Vale a pena registrar que no momento **100** (cem) servidores encontram-se em condições de se aposentar, correspondendo a **27,70%** (vinte e sete vírgula setenta por cento) cento dos servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da FBN.

No período de **2006** a **2013** foi autorizado a realização de três concursos públicos para o provimento de **195** cargos efetivos do Quadro de Pessoal da FBN, sendo efetivados, respectivamente, da seguinte forma: **84** em 2006, **27** em 2008, **44** em 2013 e **40** em 2015.

Em que pese a contratação dos referidos servidores, a força de trabalho da FBN ainda continua aquém de suas necessidades.

## 6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

### QUADRO 6.1.2.1 – DESPESAS DO PESSOAL

Tipologias/Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercício	<b>2015</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>2014</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercício	<b>2015</b>	24.482.249	788.514	2.120.746	748.952	2.436.254	1.697.061	101.516	14.174	20.587	32.410.053
	<b>2014</b>	25.814.006	1.483.600	2.161.762	739.877	2.535.504	1.896.964	98.366	24.909	19.659	34.774.647
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercício	<b>2015</b>	0	270.070	25.701	8.694	14.285	0	4.510	0	0	323.260
	<b>2014</b>	-	281.613	27.742	8.380	46.852	-	9.976	-	-	374.563
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercício	<b>2015</b>	0	761.057	51.187	21.099	74.349	6.182	28.301	0	0	942.175
	<b>2014</b>	-	792.593	66.049	16.796	164.263	9.345	24.100	-	-	1.073.146
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercício	<b>2015</b>	1.151.933	0	108.992	29.191	110.060	55.636	0	0	0	1.455.812
	<b>2014</b>	717.975	-	60.791	16.288	45.828	11.247	26.377	-	-	878.506
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercício	<b>2015</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>2014</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siape/Siafi

---

### 6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

---

Conforme mencionado na análise de estrutura de pessoal, apesar da realização de concursos públicos o quadro de pessoal da Fundação Biblioteca Nacional vem sofrendo evasão, em decorrência de aposentadorias e solicitação de exoneração/vacância de servidores aprovados em outros concursos públicos, que oferecem remunerações maiores.

Os principais riscos identificados na gestão de pessoas são:

1. Desmotivação do quadro de pessoal decorrente da baixa remuneração em relação a outros órgãos do poder executivo, inclusive com órgãos pertencentes ao próprio Sistema Minc;
2. Condições de trabalho inadequadas em alguns setores (instalações, mobiliário, espaço físico, etc.); e
3. Reposição insuficiente da força de trabalho acarretando a não transferência de conhecimento por parte dos servidores mais experientes.

---

### 6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

---

Não existe política definida de contratação de estagiários na Fundação Biblioteca Nacional, sendo que esta é realizada em consonância com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio e estudantes, sendo regulamentada realizada por Agente de Integração.

Em que pese não haver política definida no âmbito da FBN, a contratação de estagiários está concentrada nos estudantes cujo cursos estão voltados para desenvolver atividades nas áreas finalísticas.

Conforme mencionado no subitem anterior, a contratação de estagiários está concentrada nas áreas finalísticas, mantendo uma média de **88%** (oitenta e oito por cento) por cento nos últimos **03** (três) anos.

As despesas com a contratação de estagiários se manteve estável nos anos de **2013** e **2014**, entre **R\$ 690.000,00** (seiscentos e noventa mil) e **R\$ 695.000,00** (seiscentos e noventa e cinco mil, respectivamente, declinando para **R\$ 102.091,52** (cento e dois mil, noventa e um reais e cinquenta e dois centavos), em virtude da suspensão da contratação de estagiários, a partir do mês de março de 2015, em decorrência da adequação ao corte orçamentário exigido pelo Governo Federal.

Existe, ainda, a questão do baixo valor da bolsa de estágio estipulada pelo Governo Federal, resultando alta rotatividade de estagiários, prejudicando a formação profissional, bem como o aprendizado desses, bem como os resultados nas áreas de atuação.

**QUADRO 6.1.4.1 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE**

<b>Unidade Contratante</b>						
Nome: Fundação Biblioteca Nacional						
UG/Gestão: 344042/34209						
<b>Informações sobre os Contratos</b>						
<b>Ano do Contrato</b>	<b>Objeto</b>	<b>Empresa Contratada (CNPJ)</b>	<b>Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas</b>		<b>Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados</b>	<b>Sit.</b>
			<b>Início</b>	<b>Fim</b>		
2010	Brigadista de Incêndios	04.075.374/0001-27	30/12/2010	02/06/2016	Ensino Médio	P
2014	Vigilância	02.060.306/0001-69	01/03/2014	28/02/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Manutenção Predial	68.565.530/0001-10	01/09/2014	31/08/2016	Ensino Médio	P
2014	Apoio Operacional Administrativo	68.565.530/0001-10	01/10/2014	30/09/2016	Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior	P
2015	Limpeza e Conservação	39.420.336/0001-49	01/02/2015	02/02/2017	Ensino Fundamental	P

Fonte: Núcleo de Licitações e Contratos

## 6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

### 6.2.1 Gestão da frota de veículos

**Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:**

**R:** Lei 9.660, datada de 16/06/1988.

**Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC:**

**R:** Para atender a demanda de materiais transportados para o prédio Anexo, localizado na Avenida Rodrigues Alves, e vice versa, bem como o traslado de funcionários, Diretores e o Presidente da Instituição quando necessário.

**Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:**

**R:** Ver quadro abaixo.

#### QUADRO 6.2.1.1 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS, POR GRUPO DE VEÍCULOS

ATS Locações e Serviços Ltda. (CNPJ 09.463.607/0001-82)				
Período de 01/01/2014 a 14/10/2015				
Veículo	Grupo	Placa	Quilometragem	Média/Grupo
Renault Fluence	Sedan	AYX-5718	13.880	9.598
		AYX-9787	5.316	
Volkswagen Gol	Compacto	AYV-5166	5.256	3.260
		AYV-3882*	1.264	
Volkswagen Saveiro	Utilitário	AYV-3881	5.274	5.274
FRET Locação, Estacionamento e Administração Ltda. EPP; (CNPJ 11.768.297/0001-56)				
Período de 15/10/2015 a 31/12/2015				
Veículo	Grupo	Placa	Quilometragem	Média/Grupo
Fiat Línea	Sedan	LMH-0349	2.039	1.352,5
Volkswagen Voyage		LUP-6296**	666	
Volkswagen Gol	Compacto	KRH-9287	1.335	1.335
Volkswagen Saveiro	Utilitário	KWW-9524	1.220	1.220
* O veículo Gol, placa AYV-3882, foi excluído do contrato em 13/04/2015 (devolvido).				
** O veículo Voyage, placa LUP-6296, foi excluído do contrato em 15/12/2015 (devolvido).				

**Idade média da frota, por grupo de veículos:**

**R:** Veículos entregues 0 km.

**Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):**

**R:** No contrato firmado entra a Fundação Biblioteca Nacional /FBN e a FRET Locação, Parqueamento e Administração Ltda., os veículos alocados possuem cobertura total contra colisão, furto, roubo, incêndio, alocação de combustível, e cobertura inclusive para os assessorios que o veículo possua, assim como seguro estendido ao passageiro.

#### **Plano de substituição da frota:**

**R:** Ocorreu conforme contratos firmados de 15/09/2014 a 14/10/2015 com a empresa ATS Locações e Serviços Ltda., e de 15/10/2015 a 14/10/2016 com a FRET Locação, Parqueamento e Administração Ltda.

#### **Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:**

**R:** A frota anterior estava velha com quilometragem alta, manutenção cara e não compensava o custo benefício para mantê-los, de forma que a contratação de uma empresa de locação de veículos torna-se mais vantajoso no momento em que a mesma, arca com as despesas de seguro dos automóveis disponibilizados, assim como o combustível e a manutenção da frota a ser utilizada pela nossa Instituição.

#### **Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:**

**R:** A Divisão de Manutenção Administrativa é a responsável direta pelos uso dos veículos pela Instituição, informando a Locadora sobre os gastos com a frota utilizada.

---

### **6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

---

#### **QUADRO 6.2.2.1 – VEÍCULOS DA FROTA FORA DE USO POR SEREM ANTIECONÔMICOS**

<b>Veículo</b>	<b>Ano</b>	<b>Combustível</b>	<b>Placa</b>	<b>Tombamento (nº)</b>
Volkswagen Parati	2001	Gasolina	KNH-3166	16650
Volkswagen Parati	1995		LAI-0730	11222
Volkswagen Kombi	2001		KMY-5913	16489
Volkswagen Santana	1997/1998		LBX-1481	13558
Volkswagen Saveiro	1995		LAI-0731	11223
Fiat Siena	2003/2004		LQS-0157	18671
Volkswagen Kombi	1988	Álcool	LHE 1566	12939

Fonte: Divisão de Manutenção Administrativa, Divisão de Compras e Patrimônio

---

### **6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União**

---

#### **a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada:**

**R:** O controle é feito pelo Núcleo de Patrimônio através do sistema SPIU.net.



**b) Distribuição geográfica dos imóveis da União:**

**R:** Ver quadro abaixo.

**QUADRO 6.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Distrito Federal/DF	0	1
	Brasília	0	1
	Rio de Janeiro/RJ	4	4
	Rio de Janeiro	4	4
Subtotal Brasil		4	5
EXTERIOR	País	0	0
Subtotal Exterior		0	0
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>4</b>	<b>5</b>

**Observação:** A Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles-DF, no exercício de 2015 foi transferida para a Gerência Regional do Patrimônio da União-DF GRPU, através do SPIUNet, conforme o Decreto nº 8.297 de 18/08/2014.

Fonte: Divisão de Compras e Patrimônio

**c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet:**

**R:** Ver quadro abaixo.

**QUADRO 6.2.3.2 – IMÓVEIS INFORMADOS NO SPIUNET**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
344042	6001.01174.500.3	21	5	35.177.517,90	26/09/2011	46.971.079,47	0	0	
344042	6001.01170.500.1	21	5	2.709.535,29	26/09/2011	10.898.891,99	0	0	
344042	6001.01171.500.7	21	4	178.400,00	26/09/2011	985.008,13	0	0	
344042	6001.01194.500.2	21	3	29.815,06	26/09/2011	514.885,08	0	0	
344042	6001.01254.500.8	21	3	3.533,64	26/09/2011	63.321,59	0	0	
344042	6001.01255.500.3	21	3	5.529,10	26/09/2011	88.985,60	0	0	
344042	6001.01256.500.9	21	3	5.932,80	26/09/2011	96.851,77	0	0	
344042	6001.01257.500.4	21	3	2.824,20	26/09/2011	51.137,04	0	0	
344042	6001.01258.500.0	21	3	52.315,64	26/09/2011	136.447,35	0	0	
344042	9701.01430.500.5	21	5	183.543,92	26/09/2011	628.888,65	91.972,26*	0	
<b>TOTAL</b>								<b>91.972,26</b>	<b>0</b>
<p>A reforma acima ocorreu no ano de 2014, no prédio da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles/FBN em Brasília-DF.                      No ano de 2015, ocorreu a transferência do prédio da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles/FBN, através do SPIUnet para a Gerência Regional do Patrimônio da União-DF GRPU.</p>									

Fonte: Núcleo de Patrimônio da Fundação Biblioteca Nacional/FBN.

**d) Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação:**

**R:** A Fundação Biblioteca Nacional não possui imóveis locados de terceiros.

**e) Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis:**

**R:** Apenas uma reforma ocorrida no ano de 2014, no prédio da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles/FBN em Brasília-DF, no valor de R\$ 91.972,26 (noventa e um mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos).

**f) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los:**

**R:** Sobre esse item, nada a declarar.

---

#### **6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**

---

A Biblioteca Nacional não possui imóveis nessa situação.

---

#### **6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros**

---

A Biblioteca Nacional não possui imóveis nessa situação.

---

## 6.3 Gestão da tecnologia da informação

---

### a) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

A principal tarefa do Comitê é cuidar para que a formulação e a implementação das estratégias e planos de TI estejam harmonizadas com os objetivos organizacionais.

Composição<sup>1</sup>:

- Coordenador-Geral do Centro de Processamento e Preservação – CPP;
- Coordenador-Geral do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores – CCSL;
- Coordenador-Geral de Planejamento e Administração – CGPA;
- Coordenador-Geral da Biblioteca Nacional Digital - BNDigital;
- Representantes da FBN, analistas de sistemas, junto ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação/MinC;
- Coordenadora de Eventos;
- Diretoria Executiva.

No período de 2015 não ocorreram reuniões e não foram tomadas decisões.

### b) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período:

A FBN não possui um plano de capacitação de TI, portanto não foi realizado nenhum treinamento.

### c) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários:

**QUADRO 6.3.1 – FORÇA DE TRABALHO DE TI**

Nome	Função	Vínculo
Luiz Antônio Cardoso Alves Jr.	Chefe do Serviço de TI - FBN	Analista de Sistema do quadro efetivo da FBN
Hugo Cesar Christino de Paiva	Chefe Substituto de TI - FBN	Digitador do quadro efetivo da FBN
Agnes Souza	Apoio Administrativo	Terceirizado
Pedro Quaglioni do Nascimento	Apoio Administrativo	Terceirizado

---

<sup>1</sup>Conforme Decisão Executiva 11 – FBN de 26 de março de 2010.

A FBN possui contrato de prestação de serviço sob demanda, vigente com empresa de suporte a infraestrutura de TI.

**d) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado:**

Para o gerenciamento de TI, utilizamos os seguintes processos da metodologia ITIL:

- Gerenciamento de Nível de Serviço;
- Gerenciamento de Mudança;
- Gerenciamento de Incidentes;
- Gerenciamento de Problemas;
- Gerenciamento de Configuração e de Ativo de Serviço;
- Gerenciamento de Disponibilidade;
- Gerenciamento de Capacidade;
- Gerenciamento de Acesso;
- Gerenciamento de Fornecedor;
- Gerenciamento de Catálogo de Serviço;
- Gerenciamento de Conhecimento;

**e) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão:**

Expansão da capacidade de armazenamento do Data Center.

Aquisição de solução de armazenamento de dados, para atender às necessidades da Biblioteca Digital.

Atualmente a BNDigital e seus programas e projetos armazenados na infraestrutura de hardware localizada na FBN possui 120 *terabytes* brutos em arquivos digitais para acesso via internet. Com o aporte de novas coleções ao longo dos próximos anos tais como a totalidade do acervo dos Diários Associados (Jornais para a Hemeroteca Digital), novos acervos da Brasileira Fotográfica Digital (oriundos do IMS, FBN e futuros parceiros – Arquivo da Marinha e Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro) e o lançamento da Biblioteca Digital Luso Brasileira, e a produção anual do programa de digitalização de acervos da BNDigital, a previsão é de que nos próximos dois anos tenhamos totalizado 250 *terabytes* brutos em arquivos digitais para acesso via internet.

O projeto teve o custo de R\$ 1.099.932,00 e foi concluído em novembro de 2015.

Rede Corporativa FBN

Disponibilização de serviço de comunicação contemplando o transporte de dados, voz e vídeo, a ser provido com tecnologia VPN IP/MPLS e INTERNET IP, objetivando a Interligação de endereços da Fundação Biblioteca Nacional e a conexão com a internet.

O projeto teve seu custo orçado em R\$ 444.083.330 e o custo efetivo de R\$ 354.000.000.

Prazo previsto para a conclusão: maio de 2016 com a entrada em execução do serviço contratado.

#### Renovação do Parque Computacional da FBN

Atender à necessidade de equipamento informática (estação de trabalho), necessários ao desempenho das atividades da Fundação Biblioteca Nacional, promovendo a reposição, considerando a contínua obsolescência de equipamentos e necessidade de incorporação de novas tecnologias.

O projeto teve o custo de R\$ 206.950,00.

Prazo previsto para a conclusão: março de 2016 com a instalação de todos os equipamentos adquiridos.

#### Expansão da rede sem fio FBN

Expansão de conectividade da rede Wireless para a Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) e auditório Machado de Assis permitindo o acesso por visitantes e pesquisadores.

O projeto teve o custo de R\$ 154.140,00

Prazo previsto para a conclusão: junho de 2016.

#### **f) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.**

Atualmente, não adotamos.

### 6.3.1 Principais sistemas de informações

QUADRO 6.3.1.1 – SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Sistema	Objetivo	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade
EDA	Sistema de Gestão Arquivista de Documentos e Registro de obras intelectuais e/ou averbação de direito autorais.	Gerência e controle de processos de registro de obras intelectuais; Averbação de direitos patrimoniais.	Luiz Alves	Tânia Mara Barreto Pacheco	ALTA
Sophia Bibliográfico	Catálogo e disponibilização de informações bibliográficas do acervo da FBN.	Seleção e Aquisição; Catálogo; Intercâmbio de dados; Serviços web; Circulação; Gestão da biblioteca	Luiz Alves	- Liana Gomes Amadeo - Maria José da Silva Fernandes	ALTA
Sophia BNDigital	Catálogo e disponibilização de informações bibliográficas do acervo digitalizado da FBN.	Catálogo; Intercâmbio de dados; Serviços web	Ângela Maria Monteiro Bettencourt	Ângela Maria Monteiro Bettencourt	ALTA
Protocolo	Catálogo de processos administrativos	Cadastrar; Acompanhar Tramitação	Luiz Alves	Edson Mercês	BAIXA
PROTAL FBN	Disponibilização de informações e divulgação de eventos da Biblioteca Nacional	Disponibilização de informação ao Público via internet	Marcos Buarque de Holanda	Marcos Buarque de Holanda	ALTA
Hemeroteca Digital	Disponibilização de Acervos de Periódicos digitalizados para consulta	Disponibilização de informação ao Público via internet	Ângela Maria Monteiro Bettencourt	Ângela Maria Monteiro Bettencourt	ALTA
Brasileira Fotográfica	Disponibilização de Acervos Fotográficos digitalizados para consulta	Disponibilização de informação ao Público via internet	Ângela Maria Monteiro Bettencourt	Ângela Maria Monteiro Bettencourt	ALTA
CitSmart	Gerenciamento de Serviços de TI e Service Desk	Gerenciamento de Incidentes; Cumprimento de Requisições; Gerenciamento de Conhecimento; Gerenciamento de Catálogo de Serviços; Gerenciamento de Níveis de Serviço; Gerenciamento de Mudanças; Gerenciamento de Liberação e Implementação; Gerenciamento de Problemas	Luiz Alves	Luiz Alves	ALTA

---

### **6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

---

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

No PDTI estão definidos os parâmetros para que a área de TI da Biblioteca Nacional possa orientar seu modelo de governança e conseqüentemente a sua infraestrutura tecnológica.

Alinhado com o Planejamento da Biblioteca Nacional, que possui uma abordagem focada na elaboração orçamentária, o PDTI estabelece o alinhamento necessário para que seja realizado o dimensionamento das demandas da FBN, e com isso projetar soluções que possibilitem o apoio aos processos de negócio bem como as atividades voltadas para o atendimento dos anseios da sociedade em geral.



## 6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

### 6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

QUADRO 6.4.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.	---	
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.	---	
<p><b>Considerações Gerais:</b></p> <p>Na Fundação Biblioteca Nacional ainda não foi implementada uma Política de Sustentabilidade Ambiental. O que existe são ações isoladas de algumas áreas da instituição.</p> <p>Ainda não houve a nomeação da Comissão Gestora do Plano de Gestão e Logística Sustentável, na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10 para a implantação do Programa Esplanada Sustentável.</p> <p>Salientamos que esta Fundação possui algumas lixeiras para coleta seletiva, mas, no entanto, ainda não há a devida destinação. Na questão de cartuchos e outros similares, existe um processo de logística reversa em que a empresa fornecedora faz o recolhimento.</p> <p>As contratações e aquisições de informática têm observado a legislação ambiental, como por exemplo na aquisição de computadores que possuem fontes de energia e monitores com redução de consumo energético, bem como pode-se mencionar o processo atual de contratação do outsourcing de impressão.</p>			

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Esclarecemos a seguir, em quadros e de forma pormenorizada, sobre a implementação das determinações e recomendações do TCU pela Fundação Biblioteca Nacional.

#### QUADRO 7.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	018.270/2013-1	Acórdão 0821/2014 – Plenário	9.46	RE	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Descrição da Deliberação					
9.46. Determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Empresa Gerencial de Projetos Navais, Agência Nacional do Cinema, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Nacional de Artes, Fundação Casa de Rui Barbosa, Financiadora de Estudos e Projetos, Fundação Oswaldo Cruz, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que apresentem ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação deste Acórdão, plano de ação para implementação das recomendações acima efetuadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna					0984
Síntese da Providência Adotada					
Em atendimento à determinação acima, elaboramos o plano de ações contendo manifestação para cada uma das recomendações propostas pelo TCU. O documento foi encaminhado para apreciação do TCU em 02/12/2014, conforme Ofício FBN/DE nº 062/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A adoção das medidas corretivas propostas no plano de ações terá impacto no aprimoramento dos trabalhos realizados pela Unidade de Auditoria Interna, elevando a qualidade dos produtos apresentados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não identificamos pontos que tenham contribuído negativamente para a adoção de providências. Como ponto positivo, cabe mencionar o incremento na percepção da administração da FBN sobre a relevância das medidas corretivas propostas pela Unidade de Auditoria Interna.					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	029.578/2011	Acórdão 7075/2014 - Segunda Câmara	1.7.1.1	RE	Ofício nº 3514/2014-TCU-SECEX-RJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. Determinar:</p> <p>1.7.1. À Fundação Biblioteca Nacional que se abstenha de incorrer nas impropriedades descritas a seguir, identificadas nestas contas anuais:</p> <p>1.7.1.1. Apresentação do rol de responsáveis de forma incompleta, contrariando o previsto no art. 10 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010;</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração / Coordenadoria de Administração / Divisão de Contabilidade e Finanças					0984
Síntese da Providência Adotada					
<p>A Unidade de Auditoria Interna passou a acompanhar com maior proximidade a elaboração do Relatório de Gestão da FBN. Tal fato vem contribuindo para a identificação tempestiva de eventuais inconformidades.</p> <p>Do mesmo modo a administração da entidade aprimorou o processo interno de construção das informações exigidas para o Relatório de Gestão, alinhando-se às orientações do Tribunal, permitindo, assim, o aprimoramento, ano a ano, das informações apresentadas, incluindo o Rol de Responsáveis.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Redução do número de inconformidades formais nos processos de prestação de contas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Podemos indicar como ponto negativo a inexistência de uma ferramenta que viabilize a elaboração automática do rol de responsáveis.					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	029.578/2011	Acórdão 7075/2014 - Segunda Câmara	1.7.1.2	RE	Ofício nº 3514/2014-TCU-SECEX-RJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. Determinar:</p> <p>1.7.1. À Fundação Biblioteca Nacional que se abstenha de incorrer nas impropriedades descritas a seguir, identificadas nestas contas anuais:</p> <p>1.7.1.2. Falta de análise crítica quanto aos fatores que influenciaram os resultados alcançados na apresentação dos indicadores de gestão, contrariando o previsto no Anexo da Portaria TCU nº 277/2010, item 2.4.3.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração / Coordenadoria de Planejamento					0984
Síntese da Providência Adotada					
Acatamos a orientação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A Fundação Biblioteca Nacional adotará os procedimentos quanto à análise crítica dos indicadores de gestão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Sem análise.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	029.578/2011	Acórdão 7075/2014 - Segunda Câmara	1.7.1.3	RE	Ofício nº 3514/2014-TCU-SECEX-RJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. Determinar:</p> <p>1.7.1. À Fundação Biblioteca Nacional que se abstenha de incorrer nas impropriedades descritas a seguir, identificadas nestas contas anuais:</p> <p>1.7.1.3. Falta de fiscalização in loco do objeto celebrado no Convênio FBN 001/2008, analisando a sua execução em face das ações previstas no plano de trabalho, contrariando o previsto nos art. 51 a 55 da Portaria Interministerial nº 127/2008, vigente à época.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração / Setor de Convênios					0984
Síntese da Providência Adotada					
<p>A fragilidade relativa à consecução das atividades de acompanhamento e fiscalização pela FBN acerca da execução do objeto dos Ajustes pelos Convenientes, observada nos documentos do TCU em consideração, decorreu em função da inexistência de recursos humanos suficientes para uma adequada atuação da Área de Convênios/FBN, e, aliado a isso, por um considerável período de tempo, a instituição encontrou-se submetida a uma complexa e volumosa demanda de Convênios oriundos da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL), atualmente, Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLb) - um dos órgãos constituintes do Ministério da Cultura (MinC) que durante uma época passou a integrar a estrutura da FBN, e, que recentemente, voltou a reestruturar-se ao MinC, além dos próprios Convênios originários da FBN.</p> <p>Pela ilustrada situação da Área de Convênios, sua rotina de atuação mostrou-se notoriamente prejudicada.</p> <p>Objetivando a efetiva correção de desvios e melhoria na atuação, organização e controle das atividades da Área, a possibilidade para seu alcance pode residir na seguinte reestruturação:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Segmento de Formalização de Convênios: análise das propostas de Convênios; e, repasses de recursos aos Convenientes;</li> <li>II. Segmento de Acompanhamento e Fiscalização: atividades de monitoramento [sistêmico e presencial (in loco)] pela FBN quanto à execução dos objetos dos Ajustes pelos Convenientes;</li> <li>III. Segmento de Prestação de Contas: aferição da conclusão dos objetos dos Convênios com o consignado nos respectivos Planos de Trabalho.</li> </ol>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>A partir de 2013 houve uma melhoria na qualidade da fiscalização e acompanhamento da execução dos convênios sob a responsabilidade da FBN através de visitas in loco realizadas pelas respectivas áreas técnicas;</p> <p>Em 2014, com a transferência da DLLLb para a estrutura do MinC, ocorreu a sub rogação de 199 convênios, acarretando uma significativa redução no número de convênios sob a responsabilidade da FBN; e</p> <p>Estruturação da área de Convênios.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p><b>Ponto Negativo:</b> A transferência da DLLLb para a estrutura da FBN, em 2012, sem que a mesma possuísse uma área de Convênios estruturada para acompanhar a execução dos convênios sub-rogados.</p> <p><b>Ponto Positivo:</b> Retorno da DLLLb para o MinC e estruturação da área de Convênios.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	029.578/2011	Acórdão 7075/2014 - Segunda Câmara	1.7.1.4	RE	Ofício nº 3514/2014-TCU-SECEX-RJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. Determinar:</p> <p>1.7.1. À Fundação Biblioteca Nacional que se abstenha de incorrer nas impropriedades descritas a seguir, identificadas nestas contas anuais:</p> <p>1.7.1.4. Celebração de convênio com plano de trabalho contendo objeto genérico, contrariando os termos dos arts. 21 e 22 da Portaria Interministerial nº 127/2008, vigente à época;</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração / Setor de Convênios					0984
Síntese da Providência Adotada					
<p>A fragilidade relativa à consecução das atividades de acompanhamento e fiscalização pela FBN acerca da execução do objeto dos Ajustes pelos Convenentes, observada nos documentos do TCU em consideração, decorreu, em função da inexistência de recursos humanos suficientes para uma adequada atuação da Área de Convênios/FBN, e, aliado a isso, por um considerável período de tempo, a instituição encontrou-se submetida a uma complexa e volumosa demanda de Convênios oriundos da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL), atualmente, Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLL) - um dos órgãos constituintes do Ministério da Cultura (MinC) que durante uma época passou a integrar a estrutura da FBN, e, que recentemente, voltou a reestruturar-se ao MinC, além dos próprios Convênios originários da FBN.</p> <p>Pela ilustrada situação da Área de Convênios, sua rotina de atuação mostrou-se notoriamente prejudicada.</p> <p>Objetivando a efetiva correção de desvios e melhoria na atuação, organização e controle das atividades da Área, a possibilidade para seu alcance pode residir na seguinte reestruturação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Segmento de Formalização de Convênios: análise das propostas de Convênios; e, repasses de recursos aos Convenentes;</li> <li>- Segmento de Acompanhamento e Fiscalização: atividades de monitoramento [sistêmico e presencial (in loco)] pela FBN quanto à execução dos objetos dos Ajustes pelos Convenentes.</li> <li>- Segmento de Prestação de Contas: aferição da conclusão dos objetos dos Convênios com o consignado nos respectivos Planos de Trabalho.</li> </ul>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aprimoramento da análise dos planos de trabalho de forma mais criteriosa antes do repasse de recursos, evitando, dessa maneira, celebração de convênios com objeto genérico.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p><b>Ponto Negativo:</b> Falta de estrutura organizacional responsável pela análise e acompanhamento de ajustes para concessão de recursos públicos mediante transferências voluntárias.</p> <p><b>Ponto Positivo:</b> Sub-rogação dos convênios do MinC para a FBN com planos de trabalho aprovados com objetos genéricos.</p>					

**QUADRO 7.1.2 – DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	029.578/2011	Acórdão 7075/2014 - Segunda Câmara	1.8.1	RE	Ofício nº 3514/2014-TCU-SECEX-RJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Descrição da Deliberação					
<p>1.8. Recomendar à Fundação Biblioteca Nacional que:</p> <p>1.8.1. no tocante às transferências voluntárias a seu cargo, normatize as rotinas para acompanhamento, controle e fiscalização dos valores repassados pela FBN.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Administração / Setor de Convênios					0984
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>A fragilidade relativa à consecução das atividades de acompanhamento e fiscalização pela FBN acerca da execução do objeto dos Ajustes pelos Convenientes, observada nos documentos do TCU em consideração, decorreu, em função da inexistência de recursos humanos suficientes para uma adequada atuação da Área de Convênios/FBN, e, aliado a isso, por um considerável período de tempo, a instituição encontrou-se submetida a uma complexa e volumosa demanda de Convênios oriundos da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL), atualmente, Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) - um dos órgãos constituintes do Ministério da Cultura (MinC) que durante uma época passou a integrar a estrutura da FBN, e, que recentemente, voltou a reestruturar-se ao MinC, além dos próprios Convênios originários da FBN.</p> <p>Pela ilustrada situação da Área de Convênios, sua rotina de atuação mostrou-se notoriamente prejudicada.</p> <p>Objetivando a efetiva correção de desvios e melhoria na atuação, organização e controle das atividades da Área, a possibilidade para seu alcance pode residir na seguinte reestruturação:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Segmento de Formalização de Convênios: análise das propostas de Convênios; e, repasses de recursos aos Convenientes;</li> <li>II. Segmento de Acompanhamento e Fiscalização: atividades de monitoramento [sistêmico e presencial (in loco)] pela FBN quanto à execução dos objetos dos Ajustes pelos Convenientes;</li> <li>III. Segmento de Prestação de Contas: aferição da conclusão dos objetos dos Convênios com o consignado nos respectivos Planos de Trabalho.</li> </ol> <p>Cumpra ressaltar que, atualmente, após o retorno da DLLLLB à estrutura do MinC, a Área de Convênios da FBN, possui 8 (oito) convênios, os quais 7 (sete) encontram-se concluídos, em fase de prestação de contas, e apenas 1 (um) encontra-se em análise no setor competente da casa.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p><b>Ponto Negativo:</b> Falta de estrutura organizacional responsável pela análise e acompanhamento de ajustes para concessão de recursos públicos mediante transferências voluntárias. Necessidade de estruturação de área específica para convênios.</p> <p><b>Ponto Positivo:</b> Capacitação de servidores para atuarem com convênios e diminuição considerável do número de convênios vigentes na instituição.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	029.578/2011	Acórdão 7075/2014 - Segunda Câmara	1.8.2	RE	Ofício nº 3514/2014-TCU-SECEX-RJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Descrição da Deliberação					
<p>1.8. Recomendar à Fundação Biblioteca Nacional que:</p> <p>1.8.2. Em observância aos princípios constitucionais da eficiência e eficácia, formule e implemente seu planejamento estratégico.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Presidência					0984
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>A FBN participou da ação de Planejamento Estratégico coordenado pelo Ministério da Cultura, entre os anos de 2013 e 2014, que resultou na formalização de compromissos assumidos na RAE, ligada à Diretoria de Gestão Estratégica do Ministério.</p> <p>Conseguimos, no ano de 2014, uma série de ajustes que serão fundamentais para obtermos os objetivos traçados, tendo em vista que, com a transferência da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura para a estrutura da FBN (conforme Decreto nº 7.748/2012) a instituição vinha enfrentando dificuldades para a execução regular de suas atividades finalísticas em razão da elevação das atividades de fomento ao mercado editorial brasileiro e as participações em feiras comerciais de livros, sem um planejamento adequado para tanto e sem a capacitação de seu quadro de servidores.</p> <p>Superada a fase inicial de ajustes, teremos condições para ampliar as atividades de planejamento na FBN em 2015, visando à elevação da eficiência e eficácia da instituição no atendimento de suas finalidades institucionais.</p> <p>Registre-se que a minuta de Regimento Interno, elaborada mediante um trabalho colaborativo entre a Auditoria Interna, a Coordenação de Administração – COAD e demais setores da Fundação Biblioteca Nacional – FBN não chegou a ser aprovada, tendo em vista a nova proposta de realinhamento da estrutura da entidade, que visa a alteração do estatuto da FBN – Decreto nº 8297/2014. Tal medida de revisão do estatuto objetiva, por exemplo, a alocação da área de pesquisa nos próprios centros especializados da Instituição e a formalização da BN Digital como uma Coordenadoria. A nova proposta de alteração do estatuto da FBN encontra-se em avaliação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e após a publicação de novo Decreto, ajustando o posicionamento organizacional, os trabalhos sobre o Regimento Interno serão retomados.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O atendimento se deu em coordenação pelo Ministério da Cultura. Outrossim, aguarda-se análise do MPOG para a alteração do estatuto da FBN e, conseqüentemente, finalização do regimento interno e alinhamento do planejamento estratégico, propriamente dito.</p>					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	029.578/2011	Acórdão 7075/2014 - Segunda Câmara	1.8.3	RE	Ofício nº 3514/2014-TCU-SECEX-RJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Descrição da Deliberação					
1.8. Recomendar à Fundação Biblioteca Nacional que: 1.8.3. Nos termos do Decreto nº 7.748/2012, que formule e faça publicar seu regimento interno.					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Presidência					0984
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>No segundo semestre de 2014, a Unidade de Auditoria Interna, a pedido da direção da instituição, atuou na coordenação das atividades voltadas para a elaboração de uma proposta de Regimento Interno a ser apresentada ao Ministério da Cultura.</p> <p>Durante o processo, foram realizadas reuniões com os representantes de cada uma das Coordenações e Centros da FBN e com a Diretora Executiva para a definição de estratégias e alinhamento dos trabalhos.</p> <p>Após a compilação de todas as contribuições apresentadas, foi realizada uma reunião com todos os servidores envolvidos no processo onde foram discutidos pontos relevantes e coletadas propostas de ajuste ao documento. Os trabalhos foram documentados no processo nº 01430.001443/2014-24.</p> <p>Acreditamos que a última reunião para debate do regimento deva ser realizada no primeiro semestre de 2015 e, logo em seguida, será efetuado o seu encaminhamento para o Ministério da Cultura.</p> <p>Os dirigentes e servidores da casa continuam voltados aos trabalhos de elaboração e implementação do regimento interno. Atualmente, aguardam posicionamento do MPOG acerca da nova proposta de alteração do estatuto vigente, a fim de que o regimento esteja de acordo com a nova estruturação proposta pela FBN.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>Pontos Negativos: Deficiências na estrutura organizacional da instituição provocadas pelo Decreto nº 7.748/2012, alterado pelo Decreto nº 8.297/2014, seguido de nova proposta de alteração do estatuto, que se encontra em análise no MPOG; Restrições orçamentárias que impedem o delineamento de uma estrutura organizacional alinhada às finalidades da FBN, merecendo anotação o reduzido número de cargos de direção e assessoramento superior das áreas finalísticas.</p> <p>Ponto Positivo: Interesse da gestão e dos servidores na elaboração do Regimento Interno da FBN.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	027.870/2014-6	Acórdão 2546/2015 – TCU - Plenário	9.2	RE	Ofício nº 3425/2015 TCU/SECEX-RJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Presidência					0984
Descrição da Deliberação					
<p>9. Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, acordam em:</p> <p>9.2. Determinar que a FBN adote as providências necessárias ao cumprimento da lei, no prazo de 15 (quinze) dias, com vistas a resultar na anulação do Pregão Eletrônico nº 17/2014 e do contrato dele decorrente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Presidência					0984
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Tendo em vista a peça de defesa encaminhada pela Empresa contratada, com as fundamentações acerca da matéria e a solicitação para que a Administração da FBN aguardasse o pronunciamento final do TCU, a FBN entendeu que, em razão de seu objeto, caso fosse descontinuado o contrato, poderia ocasionar prejuízos à Instituição com a paralisação da prestação do serviço. O Gestor da FBN decidiu pela manutenção do contrato, até a decisão final do TCU, no Processo TC nº 027.870/2014-6.</p> <p>Em atendimento ao Acórdão 2546/2015 – TCU – Plenário, em 04/11/2014, a FBN abriu processo administrativo (Processo FBN nº 01430.001506/2014-42), que culminou na realização de procedimento licitatório (Pregão Eletrônico nº 17/2015), para a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração. Nesta esteira, em 07 de março do ano corrente, após analisados e decididos os recursos, o referido pregão foi adjudicado e homologado para a Empresa VP Serviços Terceirizados LTDA, classificada em 3ª lugar na fase de lances.</p> <p>A FBN notificou a atual detentora do contrato de terceirização de serviços sobre o encerramento antecipado do Contrato FBN nº 30/2014, resultado do Pregão Eletrônico nº 17/2014, mediante Ofício FBN/PRESI Nº 18/2016, datado de 09/03/2016.</p> <p>Em virtude da necessidade de continuidade dos serviços para a Administração e da complexidade do certame licitatório para a nova contratação, o referido contrato teve sua vigência prorrogada em 01/09/2015 por até 12 (doze) meses, com previsão acerca da extinção antecipada em virtude da finalização do procedimento licitatório, <i>mediante aviso por escrito à contratada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias</i>, conforme previsto no Parágrafo Único da Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo ao contrato.</p> <p>Cumprir informar, por fim, que o início do novo contrato, resultado do Pregão Eletrônico nº 17/2015 ocorrerá, caso não haja novo fatos contrários ao ato, em 09/05/2016.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p><b>Pontos Negativos:</b> Interrupção do contrato firmado com a empresa vencedora do certame – Pregão Eletrônico nº 17/2014, podendo impactar nas rotinas administrativas da entidade.</p> <p><b>Ponto Positivo:</b> Realização de novo certame licitatório que visa sanear as irregularidades apontadas no Acórdão do TCU. Aperfeiçoamento dos agentes públicos e procedimentos licitatórios da FBN.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	027.870/2014-6	Acórdão 2546/2015 – TCU – Plenário e Acórdão-0479-06/2016 – Plenário (Embargos de Declaração)	9.3	RE	Ofício nº 3425/2015 TCU/SECEX-RJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Presidência					0984
Descrição da Deliberação					
<p>9. Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, acordam em:</p> <p>9.3. Admitir, em caráter excepcional, face a natureza contínua do objeto do contrato de terceirização de serviços, que a sua anulação possa ocorrer em tempo estritamente necessário à realização de novo certame licitatório (redação alterada pelo Acórdão-0479-06/2016 – Plenário).</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência					0984
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Em atendimento ao Acórdão 2546/2015 – TCU – Plenário, em 2014, após a realização do procedimento licitatório (Pregão Eletrônico nº 17/2015), que teve por vencedora a Empresa VP Serviços Terceirizados LTDA, em 07/03/2016, após analisados e decididos os recursos, o referido pregão foi adjudicado e homologado.</p> <p>A FBN notificou a atual detentora do contrato de terceirização de serviços sobre o encerramento antecipado do Contrato FBN nº 30/2014, resultado do Pregão Eletrônico nº 17/2014, mediante Ofício FBN/PRESI Nº 18/2016, datado de 09/03/2016, pois haja vista a necessidade de continuidade dos serviços para a Administração e da complexidade do certame licitatório para a nova contratação, o referido contrato teve sua vigência prorrogada em 01/09/2015 por até 12 (doze) meses, com previsão acerca da extinção antecipada em virtude da finalização do procedimento licitatório, <i>mediante aviso por escrito à contratada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias</i>, conforme previsto no Parágrafo Único da Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo ao contrato.</p> <p>Por fim, registre-se que, caso não haja superveniência de fatos impeditivos, o início do novo contrato, resultado do Pregão Eletrônico Nº 17/2015, ocorrerá em 09/05/2016.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p><b>Pontos Negativos:</b> Interrupção do contrato firmado com a empresa vencedora do certame – Pregão Eletrônico nº 17/2014, podendo impactar nas rotinas administrativas da entidade.</p> <p><b>Ponto Positivo:</b> Realização de novo certame licitatório que visa sanear as irregularidades apontadas no Acórdão do TCU. Aperfeiçoamento dos agentes públicos e procedimentos licitatórios da FBN.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Biblioteca Nacional					0984
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	027.870/2014-6	Acórdão 2546/2015 – TCU – Plenário e Acórdão-0479-06/2016 – Plenário (Embargos de Declaração)	9.4	RE	Ofício nº 3425/2015 TCU/SECEX-RJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Presidência					0984
Descrição da Deliberação					
<p>9. Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, acordam em:</p> <p>9.4. Determinar à Secex/RJ que apure a regularidade dos preços contratados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 17/2014, instaurando, se for o caso, a respectiva tomada de contas especial (redação alterada pelo Acórdão-0479-06/2016 – Plenário).</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência					0984
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Face ao teor das determinações do Acórdão 2546/2015 – TCU – Plenário, foram opostos Embargos de Declaração (AC-0479-06/16-P) pela FBN. Reunidos em Plenário, os Ministros do Tribunal de Contas da União acordaram em conhecer dos embargos, de sorte a alterar o item 9.4 do Acórdão 2.546/2015-TCU-Plenário, que passou a constar com a seguinte redação, <i>ipsis litteris</i>:</p> <p>“9.3. determinar à Secex/RJ que apure a regularidade dos preços contratados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 17/2014, instaurando, se for o caso, a respectiva tomada de contas especial, ficando, desde já, autorizada a citação dos responsáveis identificados...”.</p> <p>Por conseguinte, como se depreende do texto do Acórdão 0479-06/2016-Plenário, acima colacionado, à Secex/RJ ficou a determinação de apurar a regularidade dos preços contratados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 17/2014, cabendo instaurar, caso necessário, o processo administrativo de tomada de contas especial. Nessa esteira, não houve providências voltadas à tomada de contas especial no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>Embora o inc. IV, do art.8º, do Estatuto da FBN (Decreto nº 8.297/2014) indique a competência da Auditoria Interna para examinar e emitir parecer sobre tomadas de contas especiais, como a determinação de apuração de regularidade e, caso necessário, a instauração de processo administrativo de tomada de contas especial foi direcionada, diretamente, à Secex/RJ e não à Fundação Biblioteca Nacional, entende-se que não existem providências a serem implementadas pelo gestor da Instituição.</p>					

## 7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As recomendações recebidas pelo Órgão de Controle Interno das unidades no âmbito do Poder Executivo, a Controladoria-Geral da União – CGU, foram acompanhadas, no exercício de 2015, pelo setor encarregado, qual seja, a Auditoria Interna da Fundação Biblioteca Nacional. Através de fluxos, desempenhados pela Auditoria, de recebimento, registro e encaminhamento das recomendações aos setores responsáveis, seguidos de reuniões para tratamento de suas respostas, a gestão da FBN reuniu esforços para viabilizar o atendimento do maior número possível de recomendações durante o período.

Em que pese, não gozar de sistema informatizado interno para acompanhamento das recomendações, – considerando que, no exercício seguinte, esta necessidade veio a ser contemplada com a implementação da ferramenta “Sistema Monitor” da CGU, que promove o acompanhamento online, pela Auditoria e gestores cadastrados, das recomendações emitidas pelo controle interno, proporcionando um trabalho colaborativo e de ágil comunicação entre a CGU e unidade fiscalizada – os Coordenadores, Chefe de Gabinete, Diretoria e Presidência, receberam informações atualizadas, através da produção de trabalhos de Auditoria, acerca do relato gerencial sobre a quantidade e status das recomendações recebidas e atendidas.

Remetemo-nos à informação já registrada no item “Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos”, no qual, com base em levantamento efetuado pela Auditoria Interna, aponta-se a ocorrência de 3 (três) apurações de responsabilidade requeridas pela Controladoria-Geral da União.

Ocorre que, tem provocado grande impacto na gestão da Instituição a manutenção do encaminhamento de recomendações atreladas à DLLL B para a FBN, mesmo após seguidas solicitações de colhimento de manifestações diretamente pela CGU junto à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLL B. Pois, em decorrência da alteração do estatuto da FBN (Decreto nº 8.297/2014) a mesma foi transferida para o Ministério da Cultura – MinC, deslocando, conjuntamente, as atividades da Coordenação-Geral do Livro e Leitura, da Coordenação-Geral de Economia do Livro e da Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

A continuidade da intermediação realizada pela Fundação obriga-nos, a cada nova rodada do Plano de Providências Permanente, a encaminhar recomendações e colher respostas junto à DLLL B, mediando o relacionamento desta Diretoria com a CGU. De forma que, 16 (dezesesseis) recomendações, do primeiro semestre, e 13 (treze), do segundo semestre, endereçadas pelo órgão de Controle interno à DLLL B continuaram sob a responsabilidade da FBN, embora, no nosso entendimento, melhor teriam sido tratadas diretamente pela estrutura do Ministério.

Com base nas duas revisões do Plano de Providências Permanente realizadas em 2015, foram analisadas em ambos os semestres 48 recomendações emitidas pela Controladoria-Geral da União. O desempenho, em cada uma das revisões, encontra-se resumido na tabela abaixo:

**QUADRO 7.2.1 – DESEMPENHO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

Situação	1º Semestre	2º Semestre
Atendida	5	3
Cancelada	1	1
Prazo de atendimento prorrogado	15	24
Reiterada	27	20
<b>Total de recomendações tratadas</b>	<b>48</b>	<b>48</b>

---

**7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário**

---

Não há informações a prestar, considerando que a FBN não possui apurações de responsabilidade por dano ao Erário instauradas ou em curso, ao longo do exercício de 2015.

---

**7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

---

A FBN, em 2015, observou o cronograma de pagamentos de obrigações de acordo com o artigo 5º da lei 8.666/1993.

O controle usado para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela lei consiste em planilha organizada com as seguintes colunas:

- I. Data de entrada da Nota Fiscal/Fatura
- II. Data de vencimento da Nota Fiscal/Fatura
- III. Objeto da Nota Fiscal/Fatura
- IV. Valor da Nota Fiscal/Fatura

Quanto ao regulamento próprio para licitações, informamos que a FBN não o possui e que vem seguindo os manuais, modelos e recomendações disponíveis no sítio eletrônico da Advocacia Geral da União – AGU e da Lei 8666/1993.

---

**7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

---

Não houve ocorrência no exercício de 2015, visto que nenhuma das contratadas se enquadram nas condições estabelecidas pelo decreto 7.828/2012.



## 8. ANEXOS E APÊNDICES



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25404 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 17/02/2015	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>1.721.485,30</b>		<b>- Despesas Orçamentárias</b>	<b>100.700.853,90</b>	
Ordinárias	540.519,59		- Ordinárias	84.588.801,12	
Vinculadas	1.190.958,17		- Vinculadas	16.132.052,78	
Educação			- Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			- Seguridade Social (Exceto RGPS)	11.329.173,72	
Operação de Crédito			- Operação de Crédito	1.342.179,48	
Alienação de Bens e Direitos			- Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			- Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			- Previdência Social (RGPS)		
Doações			- Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.190.958,17		- Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.381.504,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			- Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.080.195,50	
Demais Recursos			- Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-0.692,46				
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>103.849.343,41</b>		<b>- Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>3.854.682,14</b>	
Resultantes da Execução Orçamentária	90.888.178,65		- Resultantes da Execução Orçamentária		
Cota Recebida			- Cota Concedida		
Repasse Recebido	90.888.178,65		- Repasse Concedido		
Sub-repasse Recebido			- Sub-repasse Concedido		
Recursos Arrecadados - Recebidos			- Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baha			- Valores Diferidos - Baha		
Valores Diferidos - Inscrição			- Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			- Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			- Cota Devolvida		
Repasse Devolvido			- Repasse Devolvido		
Sub-repasse Devolvido			- Sub-repasse Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	12.781.164,56		- Independentes da Execução Orçamentária	3.854.682,14	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	11.564.172,62		- Transferências Concedidas para Pagamento de RP	100.000,00	
Demais Transferências Recebidas			- Demais Transferências Concedidas	1.223.670,59	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	9.991,84		- Movimento de Saldos Patrimoniais	550.212,05	
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.187.000,00		- Movimentações para Incorporação de Saldos	1.780.500,00	
Aporte ao RPPS	-		- Aporte ao RPPS	-	
Aporte ao RGPS	-		- Aporte ao RGPS	-	
<b>Recbimentos Extraorçamentários</b>	<b>9.390.367,96</b>		<b>- Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>12.820.434,44</b>	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.808,18		- Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.526,11	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	9.383.232,65		- Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12.138.586,44	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-118.470,20		- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	87.355,85	
Outros Recbimentos Extraorçamentários	123.786,32		- Outros Pagamentos Extraorçamentários	391.988,04	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			- Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		
Restituições a Pagar			- Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			- Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			- Cancelamento de Débitos do Exercício Anterior	391.988,04	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 17/02/2015	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.381.504,00</b>	<b>1.381.504,00</b>	<b>1.721.485,30</b>	<b>339.981,30</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	100,00	100,00
Receitas Imobiliárias	-	-	100,00	100,00
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorante do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita de Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita de Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita de Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita de Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita de Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita de Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>1.359.617,00</b>	<b>1.359.617,00</b>	<b>1.180.632,01</b>	<b>-178.784,99</b>
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Passivos	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>1.887,00</b>	<b>1.887,00</b>	<b>540.583,29</b>	<b>836.666,29</b>
Multas e Juros de Mora	-	-	33,70	33,70
Indenizações e Restituições	1.887,00	1.887,00	540.519,59	538.632,59
Receita de Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização DM&C do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	2604 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Atual
EMISSION 17/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>140.309.884,81</b>	-	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.545.415,88</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.996.235,42	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.415.815,96	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	129.597,90	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	27.279.313,80	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	110.032.335,59	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>69.152.751,96</b>	-	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.415.815,96</b>	-
Advo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	1.415.815,96	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método de Equivalência Patrimonial	-	-			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>2.961.235,88</b>	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	206.501.406,90	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	-13.580.920,71	-
<b>Imobilizado</b>	<b>68.426.725,76</b>	-	Resultados de Exercícios Anteriores	220.110.290,36	-
Bens Móveis	18.657.129,83	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-27.958,77	-
Bens Móveis	18.657.129,83	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>206.501.406,90</b>	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25404 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 17/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>110.903.839,48</b>	<b>-</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>11.420,51</b>	<b>-</b>
Impostos	11.420,51	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>1.180.932,01</b>	<b>-</b>
Venda de Mercadorias	29.205,09	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.151.723,92	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>24,40</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	24,40	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>104.432.254,11</b>	<b>-</b>
Transferências Intergovernamentais	104.306.843,41	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	125.410,70	-
<b>Valorização e Ganhos ou Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>4.438.679,53</b>	<b>-</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	29.493,63	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.409.185,90	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>540.528,89</b>	<b>-</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações de Autoridade Monetária	-	-

## **9. PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

A Unidade de Auditoria Interna da FBN – AUDIN, órgão de assessoramento direto ao Presidente e posicionado no nível estratégico da organização, conta atualmente com a colaboração de uma servidora para a execução dos trabalhos previstos para o setor, sendo esta Auditora Chefe Substituta.

O processo de escolha do titular é feito em observância ao § 5º, do art. 15, do Decreto nº 3.591/2000, ou seja, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna é submetida, pelo Presidente da FBN, à aprovação da Diretoria Colegiada, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

Em 2016, foi aberto Processo Administrativo (Processo FBN nº 01430.000081/2016-16), que trata da cessão do servidor para exercício do cargo em comissão de Auditor Chefe da FBN; tendo sido o processo encaminhado ao Ministério da Cultura no dia 16 de março de 2016, para os trâmites necessários a efetivação da cessão e nomeação do referido servidor.

Tratando da capacidade dos controles internos administrativos da FBN em identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como de minimizar riscos inerentes aos processos relevantes, cumpre ressaltar, sobre o exercício de 2015, que as sucessivas alterações no corpo diretivo da FBN e nos setores de assessoramento à Presidência, envolvendo a mudança de comando da Diretoria Executiva; da Coordenação-Geral de Planejamento e Administração; da Coordenação de Administração e do Procurador-Chefe junto à FBN, tornam sensível a análise dos controles atualmente instituídos. Destacamos a necessidade de ampliação e modernização do arcabouço normativo interno da Instituição, tendo em vista o aumento do uso de recursos de Tecnologia da Informação que, conseqüente, minimizariam os riscos à instituição. Como informação complementar, insta observar que, em 08/01/2016, houve a exoneração do Auditor-Chefe da FBN.

Tratando do acompanhamento das recomendações da Unidade de Auditoria Interna, informamos que a rotina do setor, atualmente, ocorre através da revisão do Plano de Providências Permanente instituído pela Controladoria-Geral da União, sendo efetuadas duas avaliações por ano, uma em cada semestre.

A metodologia utilizada consiste na alimentação de planilhas eletrônicas contendo a manifestação de cada setor responsável e a avaliação acerca da suficiência ou não das medidas adotadas. Destaca-se que, apesar da existência da referida metodologia para o tratamento das recomendações estabelecidas pelos órgãos de controle, incluindo aquelas oriundas da Unidade de Auditoria Interna, não há um sistema, como um banco de dados específico para o controle de cada recomendação. Porém, a partir do exercício de 2016, implementou-se a ferramenta “Sistema Monitor” da CGU, que promove o acompanhamento online, pela Auditoria e gestores cadastrados, das recomendações do Plano de Providências Permanente.

A rotina atualmente adotada para a elaboração dos Relatórios da Auditoria Interna exige o encaminhamento da versão preliminar de cada trabalho à Diretoria Executiva, à Presidência da FBN e aos gestores responsáveis. Após este encaminhamento, é agendada uma reunião para apresentação e debate sobre cada uma das constatações, envolvendo os responsáveis de cada setor e, quando necessário, o Presidente e a Diretoria Executiva.

Com a apresentação das constatações e discussão das recomendações propostas, o Relatório Final é encaminhado aos setores responsáveis, à Diretoria Executiva e à Presidência, garantindo, desta forma, que os dirigentes da instituição tomem conhecimento das questões apresentadas e manifestem-se sobre os pontos que entenderem relevantes.

Nesse contexto, merece destaque que riscos considerados elevados em razão da não implementação das recomendações da auditoria interna, são debatidos pontualmente com a Presidência e com a Diretoria Executiva da Instituição.

Considerando o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2015 aprovado pela alta direção da FBN, registramos em 2015 o cumprimento de aproximadamente 72% das atividades inicialmente previstas para o exercício. As atividades não realizadas devem-se ao trabalho de assessoramento à gestão, que devido às muitas demandas da Auditoria Interna (a exemplo da condução da 1ª Comissão Eleitoral da FBN para eleição de representante dos servidores na Diretoria Colegiada) foi além do previsto e ao quadro exíguo de servidores na Unidade de Auditoria Interna para a execução dos trabalhos previstos para o setor, que, em 2015, com a cessão de um servidor, passou de uma equipe formada por um Auditor-Chefe e dois assistentes administrativos para apenas um assistente administrativo que, em caso de ausência do Auditor-Chefe, atua em substituição, resumindo a equipe de auditoria a um único servidor.

Resumindo, as atividades executadas em 2015 materializam-se em duas espécies de documentos: Relatório de Auditoria e Notas Técnicas. Através das 14 (quatorze) Notas Técnicas, buscou-se consignar o resultado dos trabalhos de auditoria regularmente previstos no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, aprovado para o exercício, bem como, essas também receberam o registro das atividades de consulta, análise do cumprimento das recomendações da CGU, de denúncias ou de representações e o registro de atividades de assessoramento à gestão, cabendo excepcionar o trabalho referente à avaliação da regularidade dos Pregões realizados em 2014 que foi consignado no Relatório de Auditoria nº 01/2015.

Quanto às Demonstrações Contábeis, informamos que os trabalhos de Auditoria, no exercício de 2015, não voltaram-se a análises financeira e contábil, sendo, portanto, necessário restringir nossa opinião, com razoável segurança, sobre a adequabilidade da situação da FBN à Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 16.9, em 31/12/2015. No entanto, mantemos a ressalva do Relatório de Gestão do exercício de 2014, no tocante aos registros relativos ao valor do Ativo Imobilizado, tendo em vista a não mensuração da depreciação, amortização e exaustão, com base em levantamento realizado pela Auditoria Interna em 2015.

**Nathália Karina Silvano Schotts**

**Auditora-Chefe Substituta**

## 10. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

Inicialmente, esclarece-se que, por não haver na estrutura funcional da Fundação Biblioteca Nacional uma Unidade de Correição permanente, ou seja, um setor específico que trate das competências correccionais, a reunião de esforços para o processamento das demandas correccionais da Instituição ocorre da forma descrita nos parágrafos seguintes.

A instauração dos procedimentos, quer seja Sindicância ou PAD, ocorre por meio de Decisão Executiva, que nomeia os servidores aptos a participarem de cada comissão apuratória, sendo utilizado como critério de seleção, a participação em cursos de capacitação na mencionada área.

Quando já instaurados os procedimentos apuratórios, bem como concluídos os trabalhos de cada Comissão, o julgamento e aplicação de penalidades passam à avaliação do Presidente da Instituição, que conta com o apoio da Procuradoria Federal, emite manifestação quanto à conformidade das ações realizadas durante a apuração.

Destaca-se que, na hipótese de proposta de demissão de servidor, o processo é encaminhado ao Ministério da Cultura, a quem compete o julgamento e aplicação da penalidade.

Na posição de 31/12/2015, os processos de sindicâncias e de procedimentos administrativos disciplinares instaurados no âmbito desta Fundação, considerados os dados extraídos do Relatório do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, apresentam-se da seguinte maneira:

### QUADRO 10.1 – SITUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Situação dos Procedimentos	Número de Procedimentos
"Instauração/Instrução"	1
"Indiciamento/Citação"	0
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	3
Total de Procedimentos "Julgados"	2
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	2
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
"Revisão"	0
"Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
"Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
"Avocação/Requisição pela CGU"	0
"Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	8

Ocorre que, quanto à nova ferramenta de registro dos procedimentos a instaurar, não há informações depositadas no Sistema CGU-PAD, devido a sua disponibilização recente, em abril do exercício anterior. Considerando também que, se o número total de servidores da Auditoria Interna, em 2015, resumia-se a 2 (dois) servidores, em 2016, ele passou a 1 (uma) única servidora, gerando dificuldades de manutenção das rotinas da Auditoria, e que são informadas 8 (oito) apurações de reponsabilidade pendentes de decisão da Presidência para instauração, segundo já esclarecido, respectivamente, em resposta aos itens “5.3 Atuação da unidade de Auditoria Interna” e “5.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos” do Relatório de Gestão.

Por fim, remetemos a consulta aos quadros apresentados no item “5.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos”, deste Relatório, que contêm as informações mais recentes sobre os processos apuratórios, que, porém, em razão da contingência de recursos humanos na Auditoria Interna, não foram satisfatoriamente atualizados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.

**Nathália Karina Silvano Schotts**

**Auditora-Chefe Substituta**



## **11. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE**

### **11.1 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões**

#### **QUADRO 11.1.1 – DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES**

#### **DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Fundação Biblioteca Nacional estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2016.

ALEXANDRE HOLANDA BARBOSA

CPF: 747 440 767-20

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Coordenadoria-Geral de Planejamento e Administração

---

**11.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas**

---

**QUADRO 11.2.1 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**

**DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Fundação Biblioteca Nacional, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Divisão de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2016.

ALEXANDRE HOLANDA BARBOSA

CPF: 747 440 767-20

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Coordenadoria-Geral de Planejamento e Administração

---

**11.3 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento**

---

**QUADRO 11.3.1 – DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO****DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos Órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizadas no SIOF conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2016.

Tania Maria Freitas Moura

CPF 439.161.207-00

Coordenadora de Planejamento

Coordenadoria-Geral de Planejamento e Administração

---

**11.4 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial**

---

**Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UPC, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade.**

**R:** A verificação da conformidade contábil é realizada através de análises processuais e consultas aos balancetes para detecções de possíveis inconsistências que, por ventura, possam afetar a salvaguarda do patrimônio da FBN, sendo este procedimento realizado pela Setorial Contábil da FBN - unidade gestora 344042, no portal SIAFI, por meio da transação >ATUCONFCON (atualiza conformidade contábil). Observando-se sempre as distribuições de atribuições no processo deste registro.

**Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.**

**R:** Foram registradas as seguintes ocorrências no portal do SIAFI:

- I. Ocorrência 315: (Falta restrição conformidade registro de gestão) 1 vez no exercício de 2015.
- II. Ocorrência 642: (Falta/evolução incompatível de depreciação ativo imobilizado) 12 vezes no exercício de 2015.
- III. Ocorrência 643: (Falta/evolução incompatível amortização do ativo intangível (Softwares) 3 vezes no exercício de 2015.
- IV. Ocorrência 656: (Convênios a comprovar com data expirada) 1 (uma) vez no exercício de 2015.
- V. Ocorrência 657: (Convênios a provar com data expirada) 8 vezes no exercício de 2015.
- VI. Ocorrência 659: (Convênios a liberar expirados) 7 vezes no exercício de 2015.
- VII. Ocorrência 674: (Saldo alongado indevido contas transitórias passivo circulante) 3 vezes no exercício de 2015.
- VIII. Ocorrência 681: (Regularização indevida valores recebidos GRU) 1 vez no exercício de 2015.
- IX. Ocorrência 697: (Saldo invertido – classe 6) 1 vez no exercício de 2015.
- X. Ocorrência 767: (Termo cooperação a comprovar – data expirada) 1 vez no exercício de 2015.

Para o item 1 (ocorrência 315), esta Setorial Contábil alertou o responsável pela conformidade de registro de gestão que atente para o prazo de 3 dias estabelecidos na macrofunção da Secretaria do Tesouro. Enfatizou, também, que o não atendimento importará restrição a esta unidade gestora. Os itens 4 (ocorrência 656), 8 (ocorrência 681) e 9 (ocorrência 697) foram sanadas no decorrer do exercício de 2015.

**Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.**

As ocorrências que não foram sanadas até o final do exercício são as seguintes: 642, 643, 657, 659, 674 e 767. A ocorrência nº 642 (Falta/evolução incompatível de depreciação ativo imobilizado) refere-se à depreciação dos bens do imobilizado da FBN que tem o seu registro no Setor de Patrimônio, porém, esta depreciação até o presente momento não se realizou, em que pese a FBN já ter providenciado um software para realizar tais procedimentos. O Setor de Patrimônio está trabalhando para que o mais célere possível possa solucionar esta ocorrência, entretanto, em decorrência disto, esta Setorial de Contabilidade que faz o registro no portal do SIAFI do montante depreciado pelo Setor de Patrimônio permanece sem registrar tal procedimento, acarretando sistematicamente ocorrência em seu balancete. Constantes alertas a respeito do assunto foram dados, cientificando, assim, esse Setor para solucionar o respectivo problema. Conforme orientação desta setorial contábil autuou-se processo com finalidade de acompanhar os procedimentos relativos a esta ocorrência. O que foi dito, anteriormente, cabe em sua totalidade para o item 3 (ocorrência 643) – (Falta/evolução incompatível amortização do ativo intangível (Softwares).

Sobre o item 5 (ocorrência 657) - (Convênios a provar com data expirada) e o item 8 (ocorrência 659) - (Convênios a liberar expirados) o setor da FBN que operacionaliza tais registros é o Setor de Convênios. Mais uma vez esta Divisão de Contabilidade e Finanças, por meio da sua Setorial Contábil, vem alertando constantemente esse setor da necessidade premente da regularização destas ocorrências. Esta Setorial, então, encaminhou as referidas ocorrências para quem de direito possa, enfim, realizar a regularização de tal ocorrência. Vale frisar que este alerta dado por esta Setorial Contábil já perdura desde o exercício anterior (2014).

O item 7 (ocorrência nº 674) - (Saldo alongado indevido em conta transitória do passivo circulante) tem a sua origem na conta contábil 21.881.04.12 – DEPOSITOS DE RENDIMENTOS DO PIS/PASEP. Esta ocorrência foi comunicado ao nosso suporte contábil em Brasília (Coordenadoria de Contabilidade) através de *e-mail*. Estamos no aguardo da solução desta inconsistência. Abaixo segue o nosso *e-mail*:

*“Prezado Pompilio, em 29/10/2013, essa UG, liberou para BN recurso financeiro para pagamento de rendimento do PASEP, no valor de R\$ 6.641,37, através da PF004053, na fonte 0190000000-970. Após esta liberação, realizei o remanejamento para a fonte 0100000000-310 por meio das NL's 000355 e 000356, em 30/12/2013 e, conseqüentemente, este recurso entrou na conta limite de saque aumentando o saldo do razão desta fonte. Entretanto, com a própria movimentação da conta este recurso fora comprometido em outras despesas no exercício de 2014, mantendo deste modo a obrigação a ser liquidada na conta de passivo: 211490200 - DEPOSITOS DE RENDIMENTOS DO PIS/PASEP.”*

*“Diante do exposto, caro Pompílio, solicito os seus préstimos para que seja realizado o remanejamento do financeiro da fonte 0100000000-310 para a fonte 0190000000-970, no valor de R\$ 6.641,37. Entendo, em que pese a utilização deste recurso originariamente, que esta UG tem saldo mais do que suficiente na fonte 0100000000-310 para a referida solicitação.”*

*“Em tempo, solicito também, orientações em qual documento do SIAFI devo realizar esta devolução para que eu possa baixar a obrigação do PASEP - na conta contábil 211490200”. (no NPCASP a conta é 218911200).”*

Por fim, o item 10 (ocorrência 767) - (TED - Termo de Cooperação a Comprovar: data expirada). Esta ocorrência refere-se à Emenda Parlamentar nº 28010003 – Deputada Guilherme Mussi para aquisição de unidade veicular rebocável para biblioteca itinerante conforme processo FBN nº 01430.001536/2014-59. Este financeiro encontra-se em Brasília, na DLLLB (Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca – UG/GESTORA: 420048/00001), no Ministério da Cultura, transferido por esta Divisão de Contabilidade e Finança, através da 2015PF000004, logo, a análise e a comprovação da situação não vigente deste TED

deverá ser realizada pela própria DLLB para que assim seja sanada esta inconsistência contábil no balanço da FBN.

**11.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI**

**QUADRO 11.5.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>		<b>Código da UG</b>	
Fundação Biblioteca Nacional		344042	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>a) Falta de depreciação do ativo imobilizado (conta 12381.01.00 - bens móveis) - Processo FBN 0413.000867/2011-29.</p> <p>b) Falta de amortização do ativo intangível (12400.00.00).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Rio de Janeiro	<b>Data</b>	25 de fevereiro de 2016
<b>Contador Responsável</b>	Vitor Alberto Teixeira de Novais	<b>CRC nº</b>	084585-O-4